



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB

JAINE BARROS DE BRITO

**A UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DA LEI FEDERAL NO CONTEXTO
DOS JUIZADOS ESPECIAIS ESTADUAIS: ANÁLISE DA SÚMULA 203 DO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA JUNTO À ALTERNATIVA DITADA PELO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

Brasília

2014

JAINÉ BARROS DE BRITO

**A UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DA LEI FEDERAL NO CONTEXTO
DOS JUIZADOS ESPECIAIS ESTADUAIS: ANÁLISE DA SÚMULA 203 DO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA JUNTO À ALTERNATIVA DITADA PELO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

Trabalho apresentado ao Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB) como
pré-requisito para obtenção do Certificado
de Conclusão do Curso de Graduação
em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Erick José Travassos
Vidigal

Brasília

2014

JAINÉ BARROS DE BRITO

**A UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DA LEI FEDERAL NO CONTEXTO
DOS JUIZADOS ESPECIAIS ESTADUAIS: ANÁLISE DA SÚMULA 203 DO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA JUNTO À ALTERNATIVA DITADA PELO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

Trabalho apresentado ao Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB) como
pré-requisito para obtenção do Certificado
de Conclusão do Curso de Graduação
em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Erick José Travassos
Vidigal

Brasília, _____ de _____ de 2014

BANCA EXAMINADORA

Prof. Orientador

Prof. Examinador

Prof. Examinador

AGRADECIMENTO

Agradeço à minha família pelo suporte, incentivo e apoio incondicional.

Agradeço os meus amigos, que com companheirismo, alegrias e incentivos constantes contribuíram para a minha formação.

Por fim, agradeço ao meu orientador, Prof. Erick Vidigal pelas diretrizes e ensinamentos.

“Os direitos são letra morta na ausência de instâncias que garantam o seu cumprimento. O Judiciário, deste ponto de vista, tem um papel central. Cabe a ele aplicar a lei e, conseqüentemente, garantir a efetivação dos direitos individuais e coletivos. Daí ser legítimo afirmar que o Judiciário é o principal guardião das liberdades e da cidadania”.

Maria Tereza Sadek

RESUMO

O presente estudo tem como linha mestra o enunciado de súmula nº 203 do Superior Tribunal de Justiça, de onde emana toda a celeuma que orbita em torno da uniformização de jurisprudência no âmbito dos Juizados Especiais Estaduais. Explora-se a questão pautando-se sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal que terminou por conferir à reclamação constitucional o caráter de instrumento processual idôneo a suscitar divergências na aplicação do direito federal pelas Turmas Recursais. Destarte, sobrevém reflexão sobre a função constitucional outorgada ao Superior Tribunal de Justiça de órgão responsável pela integridade e uniformização da legislação infraconstitucional federal, inclusive no contexto das Câmaras Recursais. Com efeito, o desenvolvimento deste trabalho se alastra desde a análise dos Juizados Especiais, mormente quanto aos seus princípios orientadores, competência e meios de impugnação das decisões, passando-se pelo exame da decisão do Supremo Tribunal Federal, exarada quando do julgamento do Recurso Extraordinário 571.572 BA, que, no intento de evitar persistir divergências na interpretação do direito federal, deu à reclamação constitucional roupagem recursal. Adiante, debruça-se sobre o instituto da reclamação constitucional, especialmente no que se refere à sua função e natureza. Do mesmo modo, faz-se um breve estudo acerca do recurso especial que serve a confirmar a hipótese aqui levantada. Assim, conclui-se pela impropriedade da decisão da Suprema Corte e pela irrelevância das soluções alternativas à questão aqui tratada, sobretudo porque já existe no ordenamento jurídico o instituto do recurso especial, remédio processual adequado e idôneo a resolver tal dilema.

Palavras-chave: Juizados Especiais Estaduais Cíveis. Uniformização de Jurisprudência. Reclamação Constitucional. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
 1 JUIZADOS ESPECIAIS ESTADUAIS CÍVEIS	11
1.1 Juizados Especiais: breve histórico.....	11
1.2 Princípios informativos dos Juizados	14
1.2.1 Princípio da Oralidade	15
1.2.2 Princípio da Informalidade.....	16
1.2.3 Princípio da Simplicidade	17
1.2.4 Princípio da Economia Processual.....	18
1.2.5 Princípio da Celeridade	18
1.2.6 Busca pela Autocomposição	19
1.3 Competência dos Juizados Especiais Estaduais Cíveis	20
1.3.1 O caráter opcional dos Juizados Especiais	20
1.3.2 Pequenas causas <i>versus</i> causas de menor complexidade.....	22
1.4 Meios de impugnação das decisões proferidas nos Juizados Estaduais Cíveis	23
1.4.1 Os embargos de declaração	24
1.4.2 O recurso inominado	26
1.4.3 Recurso extraordinário	27
1.4.4 Recurso especial.....	29
 2 A RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL COMO INSTRUMENTO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DO DIREITO FEDERAL	31
2.1 A reclamação constitucional contra decisão dos Juizados Especiais Estaduais que contraria entendimento do STJ	31
2.2 Natureza jurídica da reclamação constitucional	35
2.3 Hipóteses de cabimento da reclamação constitucional frente ao Superior Tribunal de Justiça	39
2.4 Reclamação constitucional dirigida ao Superior Tribunal de Justiça: a impropriedade da decisão do Supremo Tribunal Federal.....	40
 3 RECURSO ESPECIAL NOS JUIZADOS ESTADUAIS CÍVEIS	44

3.1 Aspectos históricos	44
3.1 Recurso especial: hipóteses de cabimento	46
3.2 Recurso especial contra as decisões das Turmas Recursais	49
 CONCLUSÃO	56
 REFERÊNCIAS	59

INTRODUÇÃO

Em tempos atrás, o arranjo judiciário nada era encorajador às demandas de caráter simples e de pequeno valor. Obstáculos como o alto custo de tramitação, morosidade da justiça e a exigência de patrono foram fatores que acabaram por afastar o cidadão comum do crivo do Poder Judiciário. Muito embora no campo teórico toda e qualquer pretensão pudesse ser levada à apreciação judiciária, na extensão prática inúmeros empecilhos tolhiam esse acesso.

O cenário que aqui se delineia mostrou-se propenso àquilo que Watanabe chamou de “litigiosidade contida”, expressão que servia a designar os conflitos reprimidos pela sociedade. A contenção de demandas, quando não prestavam a insuflar a “panela de pressão” social, acabava canalizada a soluções construídas por vias alheias ao judiciário, sem qualquer garantia de pacificação social.

Nessa conjuntura, a instituição dos Juizados Especiais - inicialmente chamados de Juizados de Pequenas Causas - veio a ampliar o acesso à justiça alcançando aqueles que, buscando resolver litígios rotineiros de pouca complexidade, não se lançavam ao Judiciário em razão dos embaraços já mencionados.

Os Juizados, ainda que não formalmente, vieram a integrar o sistema jurídico como verdadeira justiça especializada, compondo-se em um microssistema traçado com princípios e regras que lhes são próprios. Destinam-se, sobretudo, a democratizar o alcance à justiça, esculpindo-a pelos contornos da simplicidade e celeridade.

Instituídos pela Lei nº 9.099/95, os Juizados dedicam-se a apreciar demandas de menor complexidade, valendo-se, por vezes, do direito federal para a solução do caso submetido à sua apreciação. Decorrencia disso é a inevitável divergência na interpretação da legislação federal entre Câmaras Recursais, entre estas e os Tribunais, ou, até mesmo, entre as Turmas e jurisprudência assentada do Superior Tribunal de Justiça.

Com efeito, tão logo surgiram as dissonâncias hermenêuticas, o Superior Tribunal de Justiça foi provocado a se manifestar com fulcro no dispositivo constitucional que lhe confere a função de órgão responsável pela uniformização do

direito federal. Malgrado tal previsão, o Superior Tribunal de Justiça, em posição conservadora - consolidada no enunciado de súmula nº 203 – negou cabimento ao recurso especial no âmbito dos Juizados Especiais, em razão da literal interpretação dada ao artigo 105, inciso III da Constituição Federal. O dispositivo outorga ao STJ competência para julgar, em recurso especial, as “causas decididas, em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios”. O termo “tribunal” revelou-se, então, um óbice ao manuseio do recurso especial no contexto dos Juizados Estaduais.

Destarte, tornaram-se as Turmas Recursais a última instância a dizer o direito federal aplicável ao caso *in concreto*, restando imunes a qualquer vinculação ou sujeição ao controle do Superior Tribunal de Justiça, daí emergindo inúmeras dissensões, deflagrando um cenário de insegurança jurídica.

Atento à problemática, o Supremo Tribunal Federal, em julgamento dos embargos de declaração opostos no Recurso Extraordinário nº 571.572 BA, decidiu tornar a reclamação constitucional o instrumento processual idôneo a suscitar divergência na interpretação dada ao direito federal no âmbito das Turmas Recursais Estaduais, enquanto ali não instituídas as Turmas de Uniformização, a semelhança daquelas já instaladas na Justiça Federal.

Assim, esteia-se o presente estudo na problemática da uniformização de jurisprudência no seio dos Juizados Estaduais, ancorada no enunciado de Súmula nº 203 do STJ e na decisão do Supremo que, em alternativa ao problema enunciado, terminou por dar roupagem recursal à reclamação constitucional.

Para o desenvolvimento deste problema, estrutura-se o estudo em três capítulos, assim dispostos:

No primeiro capítulo o objeto de análise é o Juizado Especial, mormente no que se refere aos seus aspectos históricos, princípios norteadores e competência. Segue-se, então, uma breve análise dos meios de impugnação contra as decisões ali exaradas, abrindo-se a discussão que gravita em torno do recurso especial como instrumento uniformizador do direito federal.

O segundo capítulo dedica-se ao estudo da reclamação constitucional, considerada, em decisão da Suprema Corte, a alternativa processual destinada a evitar divergências no ambiente dos Juizados. Debruça-se, aqui, sobre a função

constitucional atribuída à reclamação e sua natureza jurídica. Feita essa análise, indaga-se se o Supremo Tribunal Federal agiu com acerto em sua orientação, ao tornar a reclamação constitucional o meio idôneo e adequado a suscitar divergências na interpretação da legislação federal infraconstitucional.

Por derradeiro, será explorado o instituto do recurso especial, seus aspectos históricos e cabimento. Neste último ponto, detém-se sobre a função do recurso especial enquanto meio apropriado a ensejar o exercício do mister do Superior Tribunal de Justiça, órgão concebido pela Carta Magna de 1988 para garantir a aplicação e inteireza do direito federal infraconstitucional. Ao fim, reflete-se sobre o cabimento e adequação do recurso especial como o mecanismo processual apto a impugnar as decisões proferidas pelas Turmas Recursais.

1 JUIZADOS ESPECIAIS ESTADUAIS CÍVEIS

1.1 Juizados Especiais: breve histórico.

O desejo natural de justiça e os obstáculos impostos àqueles que projetam levar a juízo demandas de menor grau de complexidade e ínfimo valor econômico foram fatores cruciais à criação dos Juizados Especiais, consagrados a cumprir um propósito específico: ampliar o acesso à justiça.

A convivência humana em sociedade nunca foi pacífica, e o Estado, ao proibir o homem de lançar mão de sua força privada para assim elucidar seus conflitos de interesses, deve, de outra banda, fornecer-lhe condições que o permita bater às portas do Judiciário em busca de uma resposta efetiva à sua pretensão, seja esta qual for.

Em contrassenso à garantia da jurisdição, a morosidade, o descrédito e o alto custo que revestem o Judiciário acabaram por afastar o cidadão comum do seu crivo, contribuindo para aquilo que Watanabe denominou de “litigiosidade contida”¹, cujo reflexo é a instabilidade social, já que os conflitos não canalizados ao Judiciário tendem a ser solucionados de formas alternativas, à margem do ordenamento jurídico e sem o amparo dos preceitos éticos e legais.

Nesse cenário, os Juizados Especiais surgem imersos em expectativas, destinados a aproximar a população hipossuficiente ao Judiciário, oferecendo um acesso democrático, célere e eficaz à justiça, na medida em que a desburocratiza e a simplifica, tornando-a acessível àqueles que, tencionando levar a juízo uma simples demanda, não podem suportar as delongas e o alto custo de seu processamento.

Seguramente, os Juizados são a maior expressão da materialização do preceito constitucional da inafastabilidade do Poder Judiciário, inserto no art. 5º, inciso XXXV da Magna Carta, segundo o qual “a lei não excluirá da apreciação do

¹ A litigiosidade contida é uma expressão cunhada por Kazuo Watanabe que se presta a designar os conflitos reprimidos da sociedade não conduzidos à apreciação do Poder Judiciário, que, além de constituírem um ingrediente a mais a integrar a “panela de pressão” social, por vezes terminam resolvidos por mecanismos alheios ao ordenamento jurídico. WATANABE, Kazuo. Filosofia e características básicas do Juizado Especial de Pequenas Causas. In: WATANABE, KAZUO (Org.). **Juizado Especial de Pequenas Causas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985. p. 1-7.

Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”². Assumem tamanha relevância, que chegam a ser considerados por Fátima Andrighi um divisor de águas do Poder Judiciário.³

As alterações e inovações implementadas com a instituição dos Juizados serviram também para que Cristina Gaulia os reputasse um claro mecanismo trago a lume pela Constituição Federal de 1988 diretamente conduzido para o fortalecimento da cidadania em nosso país.⁴

A ideia que alicerçou a criação dos Juizados Especiais tem origem em Nova Iorque, nos Estados Unidos, em 1934, com a implementação das *Small Claims Courts* (Cortes de Pequenas Reclamações), cuja competência se limitava ao julgamento de causas simples, assim consideradas em razão de seu valor, matéria e pessoa.⁵

No Brasil, os primeiros traços precedentes à criação dos Juizados Especiais surgiram na década de 1980, com a instituição do Conselho de Conciliação e Arbitragem, idealizado e promovido pela Associação de Juízes do Rio Grande do Sul e concebido para dirimir, pela via extrajudicial, causas de pouco valor econômico, assim definidas aquelas não excedentes a 40 ORTNs, o equivalente a 4,76 salários mínimos.⁶

O êxito e notoriedade obtidos por essa iniciativa de resolução alternativa de conflitos culminou, então, na criação dos chamados Juizados de Pequenas Causas, instituídos pela Lei n. 7.244/84 para o julgamento de conflitos de pequeno valor⁷, mas, sobretudo, inclinados a incentivar a conciliação.

² BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 17 de março de 2014.

³ ANDRIGHI, Fátima Nancy. Primeiras reflexões sobre o pedido de uniformização de interpretação no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais. In: FUX, Luiz (coord.). **Processo e Constituição: Estudos em homenagem ao Professor José Carlos Barbosa Moreira**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. p. 461.

⁴ GAULIA, Cristina Tereza. **Juizados Especiais Cíveis: o espaço do cidadão no Poder Judiciário**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005. p. 9.

⁵ LENZA, Suzani de Melo. **Juizados Especiais Cíveis: Comentários à Lei n. 9.099, de 26.09.1995**. 2. ed. Goiânia: AB, 1999. p. 13.

⁶ CUNHA, Luciana Gross Siqueira. Juizado Especial: ampliação do acesso à Justiça? In: SADECK, Maria Tereza. (Org.). **Acesso à justiça**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001. p. 43.

⁷ Assim dispunha o art. 1º da referida Lei: “Os Juizados Especiais de Pequenas Causas, órgãos da Justiça ordinária, poderão ser criados nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios, para processo e julgamento, por opção do autor, das causas de reduzido valor econômico”. BRASIL. **Lei**

Os ganhos auferidos com a implementação dos Juizados foram de grande expressão no cenário jurídico. Tanto é assim, que a Carta Política de 1988 os consagrou em seu texto⁸, erigindo-os a status constitucional.

Não bastasse essa previsão, a mesma Carta ainda encomendou, no seu art. 98, inciso I, a criação dos Juizados Especiais pela União, no Distrito Federal e Territórios, e pelos Estados, contudo agora lhes atribuiu competência diversa: destinam-se à conciliação, julgamento e execução de causas cíveis de menor complexidade.

Da dupla previsão constitucional nasceu discussão doutrinária alusiva à coexistência dos Juizados. Ponderou-se aqui sobre a coincidência das duas competências, isto é, se a complexidade da demanda estaria vinculada ao seu valor.

Em meio às controvérsias, Carreira Alvim, em acertada colocação, assim pontuou:

“Os arts. 24, X, e 98, I, ambos da Constituição Federal de 1988, indicam duas realidades distintas. Através do art. 24, X, citado, verifica-se que o legislador constitucional assumiu a existência dos Juizados de Pequenas Causas; já, tendo em vista o disposto no art. 98, I, citado, constata-se que, nesta hipótese, refere-se o texto a causas cíveis de menor complexidade. Estas, como se percebe, não são aquelas (ou, ao menos, não devem ser aquelas), que dizem respeito aos Juizados de Pequenas Causas”.⁹

As discussões irrompidas logo perderam o interesse. Com a aprovação da Lei n. 9.099/95, editada em cumprimento à determinação do art. 98 da Constituição, os Juizados de Pequenas Causas cederam lugar aos novos Juizados Especiais. A alteração proveio da expressa revogação da Lei n. 7.244/84, o que levou à unificação da sistemática dos Juizados.

Quanto à matéria cível, a novel legislação reproduziu quase integralmente o texto da lei precedente, com a inserção de algumas modificações. Dentre elas, destaca-se a ampliação do campo de atuação dos Juizados, tanto que elevou o

nº 7.244, de 7 de novembro de 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7244.htm>. Acesso em 17 de março de 2014.

⁸ “Art. 24 – Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: (...) X – criação, funcionamento e processo dos juizados de pequenas causas.” **BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 19 de março de 2014.

⁹ ALVIM, Arruda. **Manual de direito processual civil.** 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. v. 1. p. 119.

patamar monetário das causas de sua alçada a 40 salários mínimos. No mais, os parâmetros de fixação da competência dos Juizados deixaram de apreciar apenas o valor econômico das causas que a eles se submetiam, passando a considerar, também, seu grau de complexidade.

Assim, embora sob uma nova roupagem, o propósito dos Juizados permanece inalterado, prometido a aproximar o cidadão comum do Poder Judiciário, ampliando o acesso à justiça. Em louvável consideração, Ronaldo Frigini sustenta que: “A Lei nº 7.244/84, encampada pela Lei nº 9.099/95 trouxe verdadeiro alento a uma camada da população que sempre ficou na periferia da Justiça”¹⁰.

1.2 Princípios informativos dos Juizados

O alcance do seu propósito de promover o fácil acesso à justiça sujeita os Juizados à observância de certos critérios que lhes devem ser peculiares, sob pena de aproximá-los do já então desgastado procedimento comum.

Desse modo, a Lei n. 9.099/95 fixou, em seu artigo 3º, os critérios que deverão informar todo o procedimento dos Juizados, indispensáveis ao oferecimento de uma prestação jurisdicional célere e eficaz.

Muito embora a lei utilize a expressão “critérios”, há autores que defendem ter o mencionado artigo contemplado não apenas critérios, como também princípios basilares desse microsistema, a exemplo de Carreira Alvim.

Quanto à distinção entre os conceitos, ensina o autor que:

“O princípio é mais do que um mero critério, pois, enquanto aquele (princípio) constitui a própria base lógico-jurídico-constitucional do sistema processual, este (critério) constitui um *modus faciendi* do processo; pelo que a violação de um princípio é mais grave do que a simples inobservância de um critério. O princípio está na essência de qualquer coisa; o critério aparece na sua forma”.¹¹

Já sob a perspectiva de Roberto Frigini, os “critérios” a que se referem a lei são, na sua integralidade, genuínos princípios processuais, sejam eles fundamentais ou informativos. Os primeiros destinam-se a dimensionar a própria atividade

¹⁰ FRIGINI, Ronaldo. **Comentários à Lei dos Juizados Especiais Cíveis**. 2. ed. São Paulo: J.H. Mizuno, 2004. p. 21.

¹¹ ALVIM, J.E. Carreira. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2005. p. 16-17.

judicante, inclusive as partes nela envolvida. Os informativos, por sua vez, dedicam-se a evidenciar o verdadeiro escopo do processo: a pacificação social.¹²

Contendas à parte, atuam como balizadores do procedimento dos Juizados Especiais a oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual, celeridade, bem como a busca incessante pela autocomposição.

1.2.1 Princípio da Oralidade

O princípio da oralidade é o viabilizador da simplicidade e celeridade almejada pelo procedimento seguido pelos Juizados, e se traduz

“na aplicação da exigência constitucional, acerca da valoração da forma oral no tratamento da causa, destinado a cumprir com inúmeras funções dentro do processo, agilizando-o na busca de resultados efetivos”¹³.

Seguindo clássica lição de Giuseppe Chiovenda, o procedimento oral acha-se ancorado sobre cinco postulados fundamentais.¹⁴ O primeiro contempla o domínio da palavra falada sobre a escrita, isto é, a preponderância da oralidade sobre a escrita. No âmbito dos Juizados Especiais, apenas os atos reputados essenciais deverão ser consignados por escrito, sendo lícito, por exemplo, apresentar o pedido inicial, a contestação, opor embargos de declaração, bem como requerer a execução da sentença oralmente.

O segundo postulado consiste na imediação da relação entre o juiz e as pessoas cujas declarações deva apreciar, pelo qual deve haver um contato direto e imediato entre o juiz e as fontes da prova oral. Tal exigência existe para assegurar que o juiz do fato corresponda àquele que tenha colhido a prova, porque apenas o juiz que presidiu a audiência de instrução é capaz de valorar as provas ali produzidas.¹⁵

¹² FRIGINI, Ronaldo. **Comentários à Lei dos Juizados Especiais Cíveis**. 2. ed. São Paulo: J.H. Mizuno, 2004. p. 61.

¹³ CATALAN, Marcos Jorge. **O procedimento do Juizados Especial Cível**. São Paulo: Mundo Jurídico, 2003. p. 25.

¹⁴ CHIOVENDA, Giuseppe. **Instituições de Direito Processual Civil**. Campinas: Bookseller, 1998. v.3.

¹⁵ CÂMARA, Alexandre Freitas. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais: Uma Abordagem Crítica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. p. 15.

A concentração dos atos processuais em audiência também constitui um dos pilares que integram o modelo de processo oral. Os atos processuais do procedimento sumaríssimo deverão estar, sempre que possível, concentrados em audiência, preferencialmente numa única, ou em poucas a serem realizadas num curto intervalo de tempo. A concentração dos atos em audiência, além de garantir a oralidade do procedimento sumaríssimo, confere-lhe celeridade.

O terceiro pilar da oralidade é o da identidade física do juiz, intrinsicamente associado ao da imediação do juiz à fonte da prova oral. A identidade física do juiz impõe a vinculação do juiz ao processo em que houver colhido a prova oral. Com efeito, o juiz que presidiu a audiência de instrução e julgamento ficará adstrito ao processo, incumbindo-lhe a prolação da sentença.

Por fim, o último postulado sobre o qual se ancora o princípio da oralidade é o da irrecorribilidade das decisões interlocutórias. Em sede de Juizados Especiais Cíveis, não se admite recurso que vise atacar decisão interlocutória eventualmente proferida, cabendo à parte alegar suas insatisfações em recurso nominado. Cumpre aqui consignar que, em manifestação do Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do RE 576.847 BA¹⁶, o princípio da oralidade alcançou, inclusive, o manejo de mandado de segurança, obstando seu manuseio como sucedâneo do agravo de instrumento contra as decisões exaradas em processo sob o rito da Lei n. 9.099/95.

1.2.2 Princípio da Informalidade

A informalidade pregada pelos Juizados consiste no desapego às formas. No contexto dos Juizados Especiais – mas não apenas restrito a eles, porque já incorporada ao procedimento comum - são válidos os atos processuais praticados informalmente, isto é, sem a observância da forma que lhe é atribuída pela lei, bastando que atinjam sua finalidade e desde que não resulte em qualquer prejuízo ou nulidade.

¹⁶ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº 576.847 BA**. Telemar Norte Leste S.A e Ernestina Borges dos Santos. Relator Ministro Eros Grau. DJE nº 148 de 06.08.2009. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=2591874>>. Acesso em 24 de maio de 2014.

Não se pretende aqui abolir a forma dos atos processuais, mas apenas suprimir o rigoroso formalismo processual. A forma deve ser concebida apenas como um instrumento destinado a alcançar o resultado do ato jurídico. O ato que atingir sua finalidade essencial, ainda que praticado sem a observância da forma prevista em lei, deverá ser reputado válido, se dele não resultarem prejuízos.¹⁷

No que toca à informalidade, ensina Suzani Lenza que:

“A informalidade é também critério instituído na lei para dar o máximo de liberdade na instrumentalidade das formas processuais. Não chega ao ponto de eliminar o procedimento, mas orienta-o para uma descomplexidade ou uma quase desformalização. O juiz estará sem amarras na condução do processo. Essa informalidade deve se fazer presente em todas as fases processuais para não se ferir o seu escopo de processo rápido, devendo adequar-se apenas ao princípio constitucional do devido processo legal como exigência de segurança para as partes.”¹⁸

É, pois, na informalidade e simplicidade que o cidadão comum se vê desinibido a ingressar em juízo a fim de ver satisfeita sua pretensão.

1.2.3 Princípio da Simplicidade

Muito embora a lei preveja a simplicidade como conceito diverso de informalidade, aquela vem sendo concebida por alguns autores como correlata desta, a exemplo de Alexandre Câmara, para quem:

“(...) não obstante fale a lei em simplicidade e em informalidade como conceitos distintos, a rigor está-se aqui diante de um só princípio, que tanto pode ser chamado de princípio da informalidade como de princípio da simplicidade. Por força deste princípio o processo perante os Juizados Especiais Cíveis, deve ser totalmente desformalizado”.¹⁹

Assumindo posicionamento diverso, José Eduardo Alvim ensina que a simplicidade se refere à ausência de qualquer incidente ou obstáculo processual capaz de tornar embaraçoso o procedimento seguido pelos Juizados. Retomando a classificação já exposta entre princípios e critérios, pontua o autor que a

¹⁷ ROCHA, Felipe Borring. **Juizados Especiais Cíveis**: Aspectos Polêmicos da Lei nº 9.099 de 26/9/1995. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002. p. 19.

¹⁸ LENZA, Suzani de Melo. **Juizados Especiais Cíveis**: Comentários à Lei n. 9.099, de 26.09.1995. 2. ed. Goiânia: AB, 1999. p. 23.

¹⁹ CÂMARA, Alexandre Freitas. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais**: Uma Abordagem Crítica. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. p. 19 -22.

simplicidade, junto à celeridade e informalidade, deve ser inserida na classe dos critérios, porque encerra um “particular modo de ser do processo”.²⁰

Ainda no que tange à simplicidade, Suzani Lenza sublinha que ela existe para situar as partes da relação processual em um mesmo patamar de igualdade, desinibindo o litigante que atua sem qualquer assistência frente ao Poder Judiciário.²¹

1.2.4 Princípio da Economia Processual

No tocante ao preceito da economia processual, comumente lhe é atribuído a simples ideia de conclusão do processo com o dispêndio mínimo de atos processuais. Tal conceito irradia a submissão desse preceito ao da celeridade da prestação jurisdicional, sem levar em conta a razão de ser do processo, mas apenas seu clamor pela rapidez.

O princípio da economia processual, assim como o da celeridade, deve tornar o processo um instrumento efetivo. Não deve ser concebido apenas sob o enfoque do plano prático, reduzindo-se ao máximo todos os atos do processo. Muito além disso, deve estar atrelado à função precípua do processo, a saber: a consecução da pacificação social através do resguardo da ordem jurídica e da realização da vontade da lei.²²

1.2.5 Princípio da Celeridade

A celeridade, por seu turno, revela-se a grande condutora do procedimento nos Juizados. O sucesso e a efetividade desse microssistema estão intimamente ligados à celeridade com que se obtém a prestação jurisdicional. Para Ricardo

²⁰ ALVIM, J.E. Carreira. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais**. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2003. p. 17.

²¹ LENZA, Suzani de Melo. **Juizados Especiais Cíveis**: Comentários à Lei n. 9.099, de 26.09.1995. 2. ed. Goiânia: AB, 1999. p. 23.

²² MIRANDA, Daniel Augusto Teixeira de. **Ações de regresso em ações de responsabilidade civil em face do Estado**: a revisitação do princípio da economia processual. 2007. 60 f. Monografia – Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

Chimenti: “a maior expectativa gerada pelo Sistema dos Juizados é a sua promessa de celeridade sem violação do princípio da segurança das relações jurídicas”²³.

Em nome da celeridade, vedam-se no procedimento sumaríssimo atos processuais capazes de protelar o caminhar dos autos. É o que acontece, por exemplo, com a vedação à interposição de recurso contra as decisões interlocutórias, que a despeito de constituir um desdobramento do princípio da oralidade, denunciam a busca pela rapidez tanto almejada pelos Juizados.

No que alude à celeridade, não se pode olvidar o caráter instrumental do processo como meio de consecução da paz social, nem perder de vista a segurança jurídica que deve permear as relações processuais. A celeridade não deve se restringir apenas a uma rápida entrega da prestação jurisdicional. Como um princípio informativo do direito processual, deve conduzir o processo sempre guiada pela efetividade desse instrumento.

Nessa abordagem, colaciona-se importante lição de Humberto Theodoro quanto ao caráter instrumental do processo:

“Instrumentalismo e efetividade são ideias que se completam na formação do ideário do processualismo moderno. Para ser efetivo no alcance das metas de direito substancial, o processo tem de assumir plenamente sua função de instrumento. Há de se encontrar na sua compreensão e no seu uso a técnica que se revele mais adequada para que o instrumento produza sempre o resultado almejado.”²⁴

Assim, sob o enfoque instrumentalista, o processo não constitui apenas um meio de realização da ordem jurídica material, mas, sobretudo, um instrumento capaz de resolver conflitos intersubjetivos de interesses, tendo como corolário a paz social. Logo, à luz da instrumentalidade deve ser concebido o princípio ora em análise.

1.2.6 Busca pela autocomposição

A Lei dos Juizados Especiais consagra, ainda, a busca pela autocomposição como uma das singularidades desse microssistema. Tal particularidade constitui

²³ CHIMENTI, Ricardo Cunha. **Teoria e Prática dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 22.

²⁴ THEODORO JR., Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. v. 1. 50. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. p. 16.

meta principal a ser alcançada pelos Juizados. Tanto é assim, que o art. 58²⁵ da Lei n. 9.099/95 prevê a possibilidade de se estender a conciliação às causas que, em tese, não seriam de sua competência.

A iniciativa dos Juizados de oportunizar as partes a qualquer tempo e sempre que possível a composição amigável do litígio se deve ao êxito obtido pelos Conselhos de Conciliação e Arbitragem instituídos no Rio Grande do Sul e precedentes à instalação dos Juizados. Essa iniciativa produziu grande impacto positivo na população, que ali vislumbrou uma rota alternativa de resolução de conflitos, vindo a alcançar resultados empolgantes.

A conciliação permite às próprias partes da relação material promoverem a composição do litígio através da harmonização de seus interesses, sem que, para tanto, tenham que suportar os embaraços de um processo judicial. Além de permitir o desafogamento do Judiciário, a conciliação realizada sob o seu crivo confere maior segurança às partes, de sorte que, atribui ao termo de conciliação, devidamente homologado, eficácia de título executivo judicial.

1.3 Competência dos Juizados Especiais Estaduais Cíveis

A Lei n. 9.099/95 ampliou o campo de competência dos Juizados - antes limitada ao processo e julgamento de causas de pequena monta -, elevando o valor econômico das causas de sua alçada e incluindo a possibilidade de execução de títulos executivos que não transcendam o valor permitido. Ademais, o art. 3º da referida lei definiu novas espécies de causas passíveis de serem submetidas à apreciação dos Juizados, tornando-os competentes para conhecer, também, de causas cíveis de menor complexidade, assim definidas em lei.

A competência dos Juizados, entretanto, não é matéria pacífica. A inevitável comparação entre as leis 7.244/84 e 9.099/95 levantou questões controversas que merecem ser aqui brevemente explanadas.

1.3.1 O caráter opcional dos Juizados Especiais

²⁵ Art. 58 – As normas de organização judiciária local poderão estender a conciliação prevista nos arts. 22 e 23 a causas não abrangidas por esta Lei. BRASIL. **Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9099.htm> Acesso em 03 de maio de 2014.

Grandes controvérsias eclodiram quando da aprovação da Lei n. 9.099/95 a respeito do caráter opcional dos novos Juizados Especiais. Isso porque, a lei precedente - revogada expressamente pela atual legislação - consignava categoricamente que a adoção pelo procedimento dos Juizados era de livre escolha do autor²⁶. Isto é, impedia ao autor a predileção por submeter sua pretensão ao juízo comum ou ao procedimento dos Juizados.

Em dissonância, a Lei n. 9.099/95 nada dispôs quanto ao caráter opcional dos Juizados. O silêncio normativo, então, deu margem a intensas discussões doutrinárias e jurisprudenciais.

De início, a doutrina se manifestou no sentido de que, frente à omissão normativa, havia que se considerar a obrigatoriedade do procedimento sumaríssimo quanto às demandas enumeradas no artigo 3º. As causas da alçada dos Juizados seriam, então, de sua competência exclusiva. Corroborava essa tese o fato de a Lei nº. 9.099/95 constituir-se, praticamente, numa cópia fiel à lei anterior, restando proposital a supressão do trecho “por opção do autor”.

Vigora, entretanto, o entendimento de que faculta ao autor a escolha pelo procedimento dos Juizados. Essa percepção encontra sustentação no fato de que o procedimento adotado pelos Juizados sacrifica, por vezes, garantias processuais por incompatibilidade com os princípios que os norteiam, comprometendo a prestação jurisdicional.

Atribuir caráter obrigatório aos Juizados é permitir que o seu procedimento seja possivelmente desvantajoso às partes em razão de sua inadequação àquela determinada pretensão.

Como bem adverte Alexandre Câmara, o sistema processual dos Juizados se destina a prestar uma tutela jurisdicional diferenciada não em razão das peculiaridades do direito material em litígio, mas em atenção a questões políticas. E é por esse fato que não se pode silenciar a facultatividade dos Juizados, permitindo-se ao autor demandar tanto pelo sistema comum como pela via “especial”.²⁷

²⁶ O art. 1º da Lei 7.244/84 assim dispunha: “Os Juizados Especiais de Pequenas Causas, órgãos da Justiça ordinária, poderão ser criados nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios, para processo e julgamento, por opção do autor, das causas de reduzido valor econômico”.

²⁷ CÂMARA, Alexandre Freitas. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais: Uma Abordagem Crítica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. p. 28.

1.3.2 Pequenas causas *versus* causas de menor complexidade

Quando da vigência da Lei n. 7.244/84, a competência dos, até então, Juizados Especiais de Pequenas Causas se balizava tão somente pelo aspecto econômico. Assim, somente as causas de valor não superior a 20 (vinte) salários mínimos poderiam se submeter à apreciação dos Juizados.

Em alteração, a atual legislação estendeu a competência dos novos Juizados Especiais, deixando de restringi-los às causas de pequena monta para incluir em sua alçada as causas de menor complexidade.

Como dito em tópico anterior, há quem conceba essas duas expressões como correlatas, associando a complexidade da causa ao seu cunho econômico. Para quem assim entende, é impossível a coexistência dos Juizados, porque na prática cumpririam a mesma função, resumindo-se a um só.

Decerto, causas de menor complexidade não se confundem com causas de ínfimo valor, porque constituem conceitos distintos. A complexidade de determinada demanda em nada tem a ver com seu aspecto financeiro. Aliás, a convivência entre os Juizados de Pequenas Causas e os novos Juizados seria perfeitamente possível se não houvesse sido afastada por expressa previsão legal.

Sobre o assunto, expõe Alexandre Câmara:

“Parece-me evidente que a menor complexidade de uma causa não tem qualquer ligação com seu valor. Um processo em que se busque, por exemplo, reparação de danos decorrentes de acidente de trânsito tem a mesma complexidade, quer o acidente envolva um Fusca 1966 e um Corcel 1972 ou tenha se dado entre uma Ferrari e uma Maserati. Os dois acidentes, embora envolvam valores evidentemente diferentes, um pequeno e outro altíssimo, são causas que têm a mesma complexidade jurídica, podendo ser, ambas, deduzidas perante os Juizados Especiais Cíveis (ainda que possivelmente só a primeira possa ser levada a um Juizado de Pequenas Causas).”²⁸

Seguindo essa premissa, Alexandre Câmara faz, por oportuno, uma distinção quanto às causas previstas no art. 3º da Lei n. 9099/95, classificando-as em pequenas causas, causas de grande complexidade e causas de menor complexidade.

²⁸ CÂMARA, Alexandre Freitas. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais: Uma Abordagem Crítica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. p. 31.

As pequenas causas seriam aquelas definidas unicamente em razão de seu valor. Assim, são causas pequenas aquelas não excedentes a 40 (quarenta) salários mínimos, bem como as ações possessórias que não transcendam esse montante.

As causas de grande complexidade, por seu turno, são todas aquelas não alcançadas pelos incisos do art. 3º, assim como as elencadas no §2º do mencionado artigo, o qual exclui da alçada dos Juizados as demandas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e ainda as atinentes a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.

Por fim, as causas enumeradas no artigo 275 do Código de Processo Civil e as ações de despejo para uso próprio, tidas como causas de menor complexidade, seriam da competência dos Juizados seja qual for o valor econômico a elas atribuído. A competência, aqui, seria *ratione materiae*, sem qualquer limite de valor.

Sublinha-se, contudo, que a classificação acima exposta não é unânime na doutrina e jurisprudência, achando-se posicionamentos diversos alusivos ao tema.

1.4 Meios de impugnação das decisões proferidas nos Juizados Estaduais Cíveis

À vista de seu caráter simplório e célere, o rito processual adotado pelos Juizados guarda algumas peculiaridades que os tornam capazes de oferecer uma tutela jurisdicional diferenciada. Em particular, no tocante aos meios de impugnação das decisões judiciais exaradas no processo sob o rito da Lei nº 9.099/95, o modelo processual perpetrado conserva algum distanciamento em relação àquele adotado pelo sistema comum.

O sistema recursal dos Juizados autoriza às partes o manejo de apenas três recursos, todos reservados a atacar a sentença prolatada. Como visto, as decisões interlocutórias proferidas no âmbito dos Juizados são irrecorríveis²⁹ em atenção aos

²⁹ Muito embora a Lei nº. 9.099/95 inadmita a possibilidade de se interpor recurso contra eventuais decisões interlocutórias, há posicionamento doutrinário que contempla exceções à regra, a exemplo de Alexandre Câmara, para quem é admissível a interposição de agravo de instrumento contra decisão interlocutória que termine por apreciar medidas de urgência, pois que, consoante leciona o autor, a Lei 10.259/01, que regula os Juizados Especiais Federais, junto à Lei 9099/95 tecem um só microsistema, sendo uma subsidiária à outra. A previsão constante do art. 5º daquela lei, portanto, seria perfeitamente aplicável ao procedimento sob o rito da Lei. 9.099/95.

princípios da oralidade e celeridade, mas a matéria inibida de ser alegada em sede de agravo não é alcançada pela preclusão, cabendo à parte alegá-la em momento oportuno, quando da interposição de recurso destinado a confrontar a sentença da qual se tenha percebido prejuízo.

Não é, porém, sobre toda e qualquer sentença que se admite a interposição de recurso. A Lei nº. 9.099/95, em seu art. 41, é clara ao fixar que, não se sujeitam a qualquer impugnação as sentenças homologatórias de conciliação ou laudo arbitral. Contra estas, portanto, não haverá recurso.

Feitas essas considerações, far-se-á uma breve análise de cada um dos recursos admitidos no contexto dos Juizados Especiais Estaduais Cíveis, analisando-se, por oportuno, o recurso especial, pilar da problemática que aqui se apresenta.

1.4.1 Os Embargos de Declaração

Malgrado previsão em capítulo alheio aos recursos, os embargos de declaração regulados pela Lei n. 9.099/95 não perderam seu feitiço recursal, porque enquanto “providência corretiva de sentença ou decisão, representa a manifestação da parte tendente a esclarecer o decisório”³⁰.

Os embargos de declaração são recursos postos à disposição das partes, destinados a esclarecer sentença ou acórdão que eventualmente estejam maculados pelo vício da omissão, obscuridade ou contradição. Na lição de Luiz Neto:

“O recurso de embargos de declaração é um remédio jurídico que a lei coloca à disposição das partes, do Ministério Público e de terceiro, a viabilizar, dentro da mesma relação jurídica processual, a impugnação de qualquer decisão judicial que contenha o vício da obscuridade, contradição ou omissão, objetivando novo pronunciamento perante o mesmo juízo prolator da decisão embargada, a fim de completa-la ou esclarecê-la”³¹.

Os embargos são recursos de fundamentação vinculada. Significa dizer: somente poderão servir para alegar matéria veiculada na lei que os consagra.

³⁰ RIGINI, Ronaldo. **Comentários à Lei dos Juizados Especiais Cíveis**. 2. ed. São Paulo: J.H. Mizuno, 2004. p. 485.

³¹ ORIONE NETO, Luiz. **Recursos Cíveis**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 371.

Assim, a Lei n. 9.099/95 autoriza o cabimento dos embargos nos casos de omissão, obscuridade e contradição, a semelhança do Código de Processo Civil.

A alteração que se traz é a previsão da dúvida como hipótese ensejadora dos embargos de declaração. Nestes termos, reza o art. 48 da referida lei: “Caberá embargos de declaração quando, na sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida”³².

Para boa parte da doutrina o texto legal revela uma atecnia³³. A dúvida não deve figurar como hipótese de cabimento dos embargos porque não integra a decisão, dela é consequência. Dessa maneira, “decisão não tem dúvida, decisão gera dúvida”³⁴.

Pontifica Alexandre Câmara:

“Constante do texto original do Código de Processo Civil, mas sempre combatida pela doutrina, a dúvida não pode ser fundamento do cabimento dos embargos de declaração pela simples razão de ser um estado subjetivo. A dúvida, portanto, não é um vício em si mesma, mas um estado de espírito determinado pelo fato de ter o intérprete da decisão se deparado com um provimento judicial obscuro, contraditório ou omissor.”³⁵

Assumindo posicionamento diverso, Ricardo Chimenti entende que a dúvida, consubstanciada na ausência de clareza na decisão quanto à convicção do julgador relativamente aos fatos levantados e/ou no tocante ao direito empregado, é, pois, genuína causa legitimadora dos embargos de declaração.³⁶

No que tange à interposição, considerando o propósito dos Juizados em oferecer uma prestação jurisdicional simples e desburocratizada, faculta-se à parte a interposição de embargos de declaração na forma oral ou escrita, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da ciência da decisão, que, em tese, será proferida quando da audiência de instrução e julgamento.

³² BRASIL. **Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9099.htm>. Acesso em: 30 de abril de 2014.

³³ Nesse sentido, manifesta-se Barbosa Moreira em: MOREIRA, José Carlos Barbosa. **O Novo Processo Civil Brasileiro**. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

³⁴ DIDIER JR, Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da. **Curso de Direito Processual Civil: Meios de Impugnação às Decisões Judiciais e Processo nos Tribunais**. 9. ed. Salvador: JusPODIVIM, 2011. p. 183.

³⁵ CÂMARA, Alexandre Freitas. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais: Uma Abordagem Crítica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. p. 150.

³⁶ CHIMENTI, Ricardo Cunha. **Teoria e Prática dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 245.

Consigna-se que, é permitido ao juiz, havendo erros materiais no julgado, promover de ofício sua correção, sem que, para tanto, seja necessário se valer dos embargos de declaração.

Cumprido frisar, por fim, que, em contramão àquilo que estabelece o Código de Processo Civil, a interposição de embargos de declaração contra sentença suspende – e não interrompe, como estabelece o CPC - o prazo para recurso, preservando-se, assim, o lapso temporal já decorrido.

1.4.2 O Recurso Inominado

Consabido é que o recurso destinado a impugnar a sentença de forma plena é a famigerada apelação. Essa regra acha-se consignada no Código de Processo Civil, que confere à apelação a natureza de instrumento capaz de atacar, de modo amplo, a sentença prolatada.

Contudo, no contexto dos Juizados Especiais, o legislador, ao prever a interposição de recurso em objeção à sentença, entendeu por bem não atribuir qualquer designação. Com efeito, a doutrina batizou o aludido recurso de “recurso inominado”, em razão da ausência de nomenclatura capaz de identificá-lo. Destarte, contra a sentença proferida no processo sob o rito da Lei nº. 9.099/95 o recurso cabível é o recurso inominado.

No tocante ao prazo destinado à sua interposição, a Lei n. 9.099/95 não manteve o prazo geral instituído para os procedimentos ordinários, conferindo ao recurso inominado prazo reduzido de 10 (dez) dias.

Para a sua interposição é indispensável que a parte encontre-se representada por advogado. A capacidade postulatória concedida aos litigantes nas causas não transcendentais a 20 (vinte) salários mínimos não se propaga na fase recursal. Aliás, o recurso inominado só é admissível se interposto por petição escrita nos autos.

Outrossim, não se estende à fase recursal a gratuidade conferida àquele que demanda pelo rito dos Juizados. A interposição do recurso inominado exige, pois, o acompanhamento do preparo, que envolverá todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispendidas em primeiro grau de jurisdição, ressalvados, todavia,

os casos de concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos da Lei n.1.060/50.

O recurso inominado é, pois, o instrumento processual apto a promover o reexame pleno da decisão exarada em primeiro grau de jurisdição. É, na sua essência, semelhante à apelação, de tal sorte que, admite-se em sede de recurso inominado a rediscussão de matéria de fato³⁷ e de direito eventualmente suscitada.

Contudo, à discrepância da apelação, o efeito ordinariamente atribuído ao recurso inominado é meramente devolutivo. A concessão do duplo efeito somente se fará se a decisão for suscetível de causar à parte dano irreparável.

Uma última consideração quanto ao recurso inominado diz respeito ao órgão competente para o seu julgamento. O recurso inominado será apreciado e julgado pelas Turmas Recursais, órgão recursal distinto, mas integrante de um mesmo sistema.

As Turmas Recursais são órgãos compostos por três juízes togados em exercício na primeira instância – e não no primeiro grau de jurisdição -, alheios à causa e reunidos na sede do Juizado. Muito embora não constituam a segunda instância propriamente dita dos Juizados, o Colégio Recursal representa a última instância para as partes. O acórdão por ele proferido é ato final, inatacável – ressalvado o cabimento de recurso extraordinário -; é o último a dizer o direito aplicável ao caso in concreto.³⁸

1.4.3 Recurso Extraordinário

O cabimento do recurso extraordinário face ao acórdão exarado pela Turma Recursal nem sempre foi questão incontroversa. Ainda sob a vigência da Lei n. 7.244/84, a falta de normativa específica sujeitou a admissibilidade do recurso extraordinário à interpretação conferida ao dispositivo constitucional.

³⁷ Em linha contrária, Alexandre Câmara, assumindo ser minoritário em sua tese, manifesta entendimento no sentido de que, apenas seria possível à parte, em sede de recurso inominado, a alegação de matéria de direito, haja vista o postulado da oralidade e seus desdobramentos sobre o qual se ancora os Juizados Especiais. Para o autor, apenas ao juiz de primeiro grau seria dada a possibilidade de se valorar as provas produzidas, em razão de sua proximidade com os fatos. CÂMARA, Alexandre. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais**: Uma abordagem crítica. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. p. 141.

³⁸ FRIGINI, Ronaldo. **Comentários à Lei dos Juizados Especiais Cíveis**. 2.ed. São Paulo: J.H. Mizuno, 2004. p. 449.

A Constituição de 1967 - vigente à época - em seu artigo 119, outorgava ao Supremo Tribunal Federal competência para julgar, em recurso extraordinário, “causas decididas em única ou última instância por outros tribunais”³⁹.

A restrita leitura do artigo elidiu do conceito de “tribunal” as Turmas Recursais. Assim, rechaçava-se do controle do Supremo Tribunal Federal as decisões provindas do Colégio Recursal, porque não amparados pelo dispositivo constitucional.

Com a promulgação da atual Constituição, suprimiu-se a exigência feita quanto à origem da decisão recorrida, bastando que tenha sido decidida em única ou última instância e contrarie dispositivo constitucional.

Com efeito, atendo-se à nova disposição constitucional, julgou-se perfeitamente possível suscitar violação à norma constitucional, por intermédio do recurso extraordinário, face aos acórdãos exarados pelos Colégios Recursais.

A esse respeito expõe Ronaldo Frigini:

“O Supremo Tribunal Federal é o guardião da Constituição Federal, de sorte que qualquer ofensa à norma dela emanada é passível de apreciação pela Colenda Suprema Corte, ante a previsão da alínea “a”, pois a própria Constituição Federal não menciona de quem proveio a decisão ofensiva. Se assim é, não é possível excluir o Colégio Recursal.”⁴⁰

O autor, na ocasião, rebateu as críticas daqueles que se colocavam contrários à admissibilidade do recurso extraordinário nos Juizados Especiais presos ao argumento de ofensa aos princípios orientadores do procedimento sumaríssimo, especialmente no que atine à simplicidade e celeridade processual. Nos seus dizeres:

“É demasiado impedir a parte de interpor recurso extremo junto ao STF, por não haver disposição permissiva a respeito, ou por eventual ofensa ao princípio da celeridade. É que sobreleva inegavelmente o preceito constitucional da ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes. Além disso, considerou o STF que o texto

³⁹ Redação do artigo 119 determinada pela Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969. BRASIL. **Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm>. Acesso em: 10 de junho de 2014.

⁴⁰ FRIGINI, Ronaldo. **Comentários à Lei dos Juizados Especiais Cíveis**. 2.ed. São Paulo: J.H. Mizuno, 2004. p. 438.

constitucional contenta-se com decisões de única ou última instância, não mais exigindo que sejam de Tribunal”.⁴¹

Quanto ao assunto, no entanto, não paira mais qualquer dúvida. Pondo fim às controvérsias, o próprio Supremo Tribunal Federal editou o enunciado de súmula nº 640⁴², admitindo o recurso extraordinário contra decisões proferidas pelas Turmas Recursais.

1.3.3 Recurso Especial

Em outra omissão normativa, a admissibilidade do recurso especial nos Juizados ficou novamente sujeita à interpretação emprestada ao dispositivo constitucional.

O artigo 105, inciso III, da Constituição, outorga ao Superior Tribunal de Justiça competência para conhecer recurso especial quando a decisão recorrida, proveniente de Tribunal, ameace direito federal. Reza o dispositivo o seguinte:

“Art. 105 – Compete ao Superior Tribunal de Justiça:
[...]

III – julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:

- a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência;
- b) julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal;
- c) der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.”⁴³

Destarte, a literalidade do artigo levou à inadmissão do recurso especial nos Juizados, tal como ocorria com o recurso extraordinário quando da vigência da Constituição precedente. A explicação é a falta de previsão específica alusiva às

⁴¹ FRIGINI, Ronaldo. **Comentários à Lei dos Juizados Especiais Cíveis**. 2.ed. São Paulo: J.H. Mizuno, 2004. p. 439.

⁴² Súmula 640 – É cabível recurso extraordinário contra decisão proferida por juiz de primeiro grau nas causas de alçada, ou por turma recursal de juizado especial cível e criminal. - BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Súmula nº 640**. É cabível recurso extraordinário contra decisão proferida por juiz de primeiro grau nas causas de alçada, ou por turma recursal de juizado especial cível e criminal. Disponível em:

<http://www.dji.com.br/normas_inferiores/regimento_interno_e_sumula_stf/stf_0640.htm>. Acesso em 17 de junho de 2014.

⁴³ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 07 de maio de 2014.

Turmas Recursais, já que a concepção de “tribunal” não as alcançariam. Contudo, essa compreensão, como se verá, não é pacífica.

Ainda que pairassem contradições atinentes ao manuseio do recurso especial no âmbito dos Juizados, o próprio Superior Tribunal de Justiça logo tratou de encerrar as discussões, editando o enunciado de súmula nº 203, que categoricamente assim estabeleceu: “Não cabe recurso especial contra decisão proferida por órgão de segundo grau dos Juizados Especiais”⁴⁴.

À vista desse enunciado, impõe-se aqui uma consideração. Criado pela Constituição de 1988 para conferir controle às decisões judiciais proferidas em violação à legislação federal infraconstitucional, o Superior Tribunal de Justiça terminou por isentar de qualquer supervisão os acórdãos das Turmas Recursais. Em matéria de direito federal, a decisão do Colégio Recursal agora constitui provimento final inatacável. Aliás, o enunciado de súmula nº 203 negou o próprio mister atribuído ao STJ de guardião do direito federal.

Alerto à lacuna formada, o Supremo Tribunal Federal, em Recurso Extraordinário 571.572 BA, evitando persistir divergências hermenêuticas quanto ao direito federal, tornou a reclamação constitucional, em caráter excepcional e temporário, o instrumento processual destinado a promover a uniformização de jurisprudência no âmbito dos Juizados Especiais Estaduais, enquanto ali não instaladas as Turmas de Uniformização. Sobre essa alternativa jurídica, debruçar-se-á adiante.

⁴⁴ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula nº 203**. Não cabe recurso especial contra decisão proferida por órgão de segundo grau dos Juizados Especiais. Acesso em: <http://www.dji.com.br/normas_inferiores/regimento_interno_e_sumula_stj/stj__0203.htm> Acesso em 28 de maio de 2014.

2 A RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL COMO INSTRUMENTO DE UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DO DIREITO FEDERAL

2.1 A reclamação constitucional contra decisão dos Juizados Especiais Estaduais que contraria entendimento do STJ

A falta de previsão normativa aliada à interpretação literal conferida ao artigo 105, inciso III, da Constituição Federal, levou o Superior Tribunal de Justiça a negar cabimento ao recurso especial emanado de acórdão de Turma Recursal, orientação inclusive sumulada no enunciado nº 203.

A interpretação excluiu o Colégio Recursal da concepção de Tribunal, não o concebendo como órgão fracionário deste. Essa leitura impede o alcance do dispositivo às Turmas Recursais porque entende serem elas integrantes do próprio Juizado, e não um órgão *ad quem* autônomo. Desse modo, como os acórdãos proferidos pelos Colégios Recursais não são, por essas razões, decisões de Tribunais, inadmite-se recurso especial.⁴⁵

A orientação do Superior Tribunal de Justiça teve como voto vetor aquele enunciado pelo Ministro Fontes de Alencar, proferido quando do julgamento do Recurso Especial nº 21.664/MS. Confira-se:

“[...] O recurso especial é cabível tão-somente na moldura que a Constituição lhe traça, e esta giza o campo de abrangência do recurso especial no art. 105, precisamente no inc. III, em que fala caber o recurso especial nas causas decididas em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais e pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, naquelas hipóteses antevistas nas alíneas ‘a’, ‘b’, e ‘c’. A Constituição, se desejasse um campo mais largo para o recurso especial, de abrangência tal que atingisse as decisões desses órgãos a que V. Exa. alude, tê-lo-ia feito, mas, contudo, não o faz, e não o fez, e não nos cabe ampliar a Constituição.”⁴⁶

A posição conservadora adotada pelo Superior Tribunal de Justiça inseriu as Turmas Recursais em um ambiente ilhado, livre de qualquer vinculação ou controle,

⁴⁵ DINAMARCO, Cândido Rangel. **Manual dos Juizados Cíveis**. 2. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2001.

⁴⁶ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 21.664/MS**. DJ de 25.05.1993. José Otacílio Fabrício Piva e André Doratiotto. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/ita/listarAcordaos?classe=&num_processo=&num_registro=199200101593&dt_publicacao=17/05/1993> Acesso em 29 de agosto de 2014.

permitindo ali se fazer aplicar direito federal sob as mais diversas e inusitadas interpretações. Decorrência disso são as inúmeras divergências jurisprudenciais imunes ao domínio do Superior Tribunal de Justiça.

Alerto ao vazio legislativo e ao enunciado de súmula nº 203 do STJ, o Supremo Tribunal Federal, instado a deliberar sobre o tema, declarou, em caráter excepcional, a possibilidade de se valer da reclamação constitucional perante o Superior Tribunal de Justiça, como alternativa destinada a garantir a uniformidade da interpretação do direito federal no contexto das Turmas Recursais, servindo-se de paradigma a jurisprudência consolidada daquele Tribunal.

A orientação do Supremo se instrumentalizou quando do julgamento dos embargos de declaração opostos do acórdão que conheceu parcialmente o recurso extraordinário RE 571.572/BA. As razões da decisão acham-se estampadas no voto pilar do julgamento proferido pela Ministra Ellen Gracie, parcialmente transcrito a seguir:

“[...]A perplexidade manifestada pelo embargante decorre do fato de que, embora seja responsável pelo exame da legislação infraconstitucional, o STJ não aprecia recurso especial contra decisão proferida no âmbito dos juizados especiais. As querelas de pequeno valor são submetidas às Turmas Recursais, sua instância revisora.

No âmbito da Justiça Federal, a uniformização da legislação infraconstitucional foi preservada com a criação da Turma de Uniformização pela Lei 10.259/2001. Ressalte-se que essa turma poderá ser provocada quando a decisão proferida pela turma recursal contrariar a jurisprudência dominante no STJ.

Além disso, caso a decisão da Turma de Uniformização também contrarie a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, ainda é cabível a provocação daquela Corte, nos termos do art. 14, §4º da Lei 10.259/2001.

Entretanto, não existe previsão legal de órgão uniformizador da interpretação da legislação federal para os juizados especiais estaduais, podendo, em tese, ocorrer a perpetuação de decisões divergentes da jurisprudência do STJ.

Essa lacuna poderá ser suprida com a criação da turma nacional de uniformização da jurisprudência, prevista no Projeto de Lei 16/2007, de iniciativa da Câmara dos Deputados e ora em trâmite no Senado Federal.

Todavia, enquanto não for criada a turma de uniformização para os juizados estaduais, poderemos ter a manutenção de decisões

divergentes a respeito da interpretação da legislação infraconstitucional federal. Tal situação, além de provocar insegurança jurídica, acaba provocando uma prestação jurisdicional incompleta, em decorrência da inexistência de outro meio eficaz para resolvê-la.

Veja-se, por exemplo, o caso de empresas como a embargante, que muitas vezes prestam serviços em várias unidades da Federação. A permanecer a atual situação, é grande o risco de surgirem, em relação ao mesmo tema, decisões favoráveis e outras desfavoráveis cuja existência concomitante poderia provocar, em tese, verdadeira inviabilidade técnica, no que diz respeito ao cumprimento delas todas.

Desse modo, até que seja criado o órgão que possa estender e fazer prevalecer a aplicação da jurisprudência do STJ, em razão de sua função constitucional, da segurança jurídica e da devida prestação jurisdicional, a lógica da organização do sistema judiciário nacional recomenda que se dê à reclamação prevista no art. 105, I, f, da CF amplitude suficiente à solução do impasse.

A história da reclamação e o status constitucional que lhe deu a Carta de 1988 são indicativos de que não se trata de singelo instituto processual, a ser utilizado no bojo de uma relação processual visando à proteção jurisdicional por parte do Estado, que irá, por seu órgão judiciário, aplicar o direito a um caso concreto.

Trata-se, sim, na dicção de José Frederico Marques, de 'um desdobramento das atribuições jurisdicionais que são conferidas, constitucionalmente, àqueles Tribunais. Inserindo-se, assim, no campo de Direito Processual Constitucional, pode a ordem jurídica, mediante normas regimentais, criar providências dessa natureza para a garantia de observância de julgados em que interfere, até mesmo, o guardião supremo e último da própria Lei Magna.' Trata-se de instrumento destinado a dar efetividade a decisões prolatadas em última instância pelas Cortes de jurisdição nacional: o Supremo Tribunal Federal, guardião da Constituição da República, e o Superior Tribunal de Justiça, guardião da legislação federal.

Diante da inexistência de outro órgão que possa fazê-lo, o próprio Superior Tribunal de Justiça afastará a divergência com a sua jurisprudência, quando a decisão vier a ser proferida, no âmbito dos juizados especiais estaduais.⁴⁷

A prescrição da Suprema Corte intenta promover a aplicação uniforme da legislação federal, reafirmando competência do Superior Tribunal de Justiça e

⁴⁷ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário nº 571.572, BA**. Telemar Norte Leste S/A e Albérico Sampaio de Lago Pedreira. Relatora Ministra Ellen Gracie. DJe de 27.11.2009. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=606378>. Acesso em 26 de maio de 2014.

conferindo segurança jurídica aos jurisdicionados, ainda que pleiteiem seus anseios no âmbito dos Juizados Especiais Estaduais.

O voto da Ministra Ellen Gracie se atém ao fato de que na Justiça Federal já existem as chamadas Turmas de Uniformização de Jurisprudência, que cumprem o papel de padronizar as decisões exaradas nos Juizados Federais, ao passo em que na Justiça Estadual, a criação das Turmas de Uniformização ainda padece de aprovação legislativa.

Refreando, pois, a perpetuação de divergências em decisões proferidas sobre o mesmo assunto é que se entendeu por bem declarar o cabimento, em caráter excepcional, da reclamação prevista no art. 105, inc. I, alínea 'f'⁴⁸, da Constituição Federal, no intuito de se fazer imperar a jurisprudência do Tribunal Superior na interpretação da legislação infraconstitucional.

Ao Superior Tribunal de Justiça incumbe a guarda e a inteireza do direito federal. Se os órgãos dos Juizados Estaduais deixarem de observar a orientação ministrada pelo STJ caberá reclamação constitucional de modo a garantir a incolumidade da principal função daquela Corte. Apoiando-se na teoria dos poderes implícitos, deve-se conferir ao STJ a atribuição de fazer impor sua autoridade de órgão jurisdicional destinado a uniformizar a aplicação do direito federal.⁴⁹

A reclamação nos Juizados tem caráter excepcional. Seu cabimento é autorizado somente porque lhes falta mecanismo processual adequado a corrigir descumprimentos de orientações firmadas e já consolidadas pelo Superior Tribunal de Justiça.

Muito embora a decisão do Supremo tenha se dado em sede de embargos de declaração, que, conforme consignado pela própria Ministra Relatora, não contivesse qualquer omissão a ser suprida, os embargos foram acolhidos tão somente com o desígnio de prestar esclarecimentos concernentes ao cabimento da reclamação constitucional no âmbito dos Juizados Especiais.

⁴⁸ Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça: I – processar e julgar originariamente: [...] f) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 26 de maio de 2014.

⁴⁹ DIDIER JR, Freddie; CUNHA, Leonardo Carneiro da. **Curso de Direito Processual Civil: Meios de Impugnação às Decisões Judiciais e Processo nos Tribunais**. 9. ed. Salvador: JusPODIVIM, 2011. p. 479-480.

Destarte, a impropriedade do instrumento utilizado a declarar a reclamação constitucional uma alternativa ao não cabimento do recurso especial cedeu espaço às primeiras críticas.

Ainda por ocasião do julgamento, os Ministros Carlos Ayres Brito e Marco Aurélio Mello – votos vencidos - sustentaram não merecerem acolhimento os embargos, porque não destinados a prestar esclarecimentos; constituem recursos de fundamentação vinculada, restritos às matérias veiculadas na legislação que os prevê. Ademais, acrescentaram que o Supremo Tribunal Federal não pode funcionar como órgão de mera consulta.⁵⁰

Os argumentos levantados merecem atenção porque se revestem de alta juridicidade. Contudo, à toda evidência, não se pode ignorar o bom senso da decisão do Supremo Tribunal em prover o vazio legislativo que deixavam as decisões proferidas pelas Turmas Recursais à mercê de qualquer controle em matéria de legislação infraconstitucional federal.

Todavia, se por um lado a orientação do Supremo resguardou a segurança jurídica dos litigantes, garantindo a uniformidade hermenêutica da norma jurídica, por outra banda - como se verá a seguir - adulterou a razão de ser do instituto processual da reclamação constitucional, ao torna-lo o instrumento adequado e idôneo a promover a uniformização de jurisprudência no âmbito dos Juizados Especiais Estaduais.

2.2 Natureza jurídica da reclamação constitucional

O instituto da reclamação constitucional encontra previsão legal nos artigos 102, inc. I, alínea 'l', 105, inc. I, alínea 'f' e 103-A §3º da Constituição Federal, assim como em outras leis esparsas, e o seu cabimento é destinado à preservação da competência e garantia da autoridade dos julgamentos - seja de qualquer tribunal⁵¹,

⁵⁰ CORTEZ, Cláudia Helena Poggio. O cabimento da Reclamação Constitucional no Âmbito dos Juizados Estaduais. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 35, n.188, p. 253-264, out. 2010.

⁵¹ Ressalta-se, apenas a título de esclarecimento, que em razão do que preceitua o art. 125 da Constituição Federal - que consagra o princípio da simetria - a reclamação não se restringe à competência do STF e STJ, alcançando também os Tribunais de Justiça.

mas sobretudo do STF e STJ - quando não observados pelo juiz ou tribunal a quo, ou pela autoridade administrativa incumbida do cumprimento da decisão.⁵²

A natureza jurídica da reclamação não é matéria pacífica. Grandes divergências circundam esse instituto processual, que ora vem sendo tratado como recurso, ora como ação, outras vezes como um mero incidente processual.

Seguramente, não se pode afirmar que a reclamação constitucional detém a natureza de recurso. Sustentar essa afirmação é ignorar todos os fundamentos e princípios que alicerçam a teoria geral dos recursos.

Em primeiro lugar, o recurso exige previsão em rol taxativo. As espécies recursais são previstas, *numerus clausus*, em relação exaustiva. Os institutos que ali não encontram previsão não podem ser considerados espécies recursais.

Por outro lado, o recurso é “renovação do exercício do direito de ação em uma fase seguinte do procedimento”⁵³. Sendo assim, a reclamação processual não se amolda à definição de recurso, porquanto não constitui um desdobramento da relação processual já instaurada, mas é posterior a ela. Aliás, a reclamação não tem como escopo reformar, invalidar, esclarecer ou integrar a decisão, visa, ao revés, preservar-lhe a autoridade. É utilizada não para obstar a preclusão, mas depois de transitada em julgado a decisão.⁵⁴

Não deve ser rotulada como um recurso também porque a própria Constituição Federal não a elenca no rol da competência recursal dos tribunais, mas a confina nas hipóteses de competência originária. Ainda, reforça esse posicionamento a inexigibilidade do pressuposto recursal da sucumbência, a que está sujeito todo e qualquer recurso. Por fim, relembra-se que a reclamação constitucional pode visar impugnar ato administrativo, enquanto que o recurso não.⁵⁵

⁵² SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos Recursos Cíveis e à Ação Rescisória**. Brasília: Brasília Jurídica, 2000. p.

⁵³ DIDIER JR, Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da. **Curso de Direito Processual Civil: Meios de Impugnação às Decisões Judiciais e Processo nos Tribunais**. 9. ed. Salvador: JusPODIVIM, 2011. p. 464.

⁵⁴ GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antonio Magalhães; FERNANDES, Antonio Scarance. **Recursos no Processo Penal**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. p. 425.

⁵⁵ CORTEZ, Cláudia Helena Poggio. **O cabimento da Reclamação Constitucional no Âmbito dos Juizados Estaduais**. Revista de Processo, São Paulo, v. 35, n.188, p. 253-264, out. 2010.

A reclamação constitucional também não se adequa à moldura do incidente processual, sustentada por Edgas Moniz de Aragão⁵⁶. O incidente processual pressupõe a existência de uma relação processual já em curso, ao passo em que a reclamação constitucional, por seu turno, enceta um novo processo. É posterior ao trânsito em julgado, daí porque não pode vir a ser considerada incidente processual.

Ada Pellegrini Grinover explica que esta tese, poderia, quando muito, desvendar a natureza jurídica da reclamação na hipótese de preservação da competência de determinado tribunal frente a processo perpetrado em órgão incompetente, porém não alcança as causas em que se pretende garantir a autoridade das decisões de um Tribunal.⁵⁷

Discrepante, também, é a concepção da reclamação constitucional como ação autônoma. Muito embora seja este o entendimento majoritário da doutrina⁵⁸, há consideráveis argumentos contrários.

Para os adeptos da corrente que entende ser a reclamação verdadeira ação constitucional, o principal argumento sustentado se ancora no fato de que a reclamação consiste em um pedido autônomo destinado a receber provimento jurisdicional. Seria, pois, uma ação destinada a preservar a competência ou a salvaguardar a autoridade das decisões de determinado Tribunal.

Acrescenta Cláudia Cortez que a reclamação deve ser tratada como legítima ação inclusive porque encerra todos os elementos da ação, qual seja: partes - reclamante e reclamado -, pedido e causa de pedir – violação de competência ou ofensa à autoridade de um julgado.⁵⁹

Fortalece essa percepção a existência de particularidades inerentes à ação, tais como: a exigência de capacidade postulatória; a coisa julgada produzida pela

⁵⁶ ARAGÃO, Edgas Moniz de. **A Correição Parcial**. Curitiba: Imprensa da Universidade Federal do Paraná, 1969.

⁵⁷ GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antonio Magalhães; FERNANDES, Antonio Scarance. **Recursos no Processo Penal**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. p. 425.

⁵⁸ A título de exemplo, manifestam-se nesse sentido Fredie Didier Jr. e Leonardo José Carneiro da Cunha em: DIDIER JR, Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da. **Curso de Direito Processual Civil: Meios de Impugnação às Decisões Judiciais e Processo nos Tribunais**. 9. ed. Salvador: JusPODIVIM, 2011. p. 464.

⁵⁹ CORTEZ, Cláudia Helena Poggio. O cabimento da Reclamação Constitucional no Âmbito dos Juizados Estaduais. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 35, n.188, p. 253-264, out. 2010.

decisão proferida; a possibilidade de interposição de recurso durante a tramitação da reclamação; e a possibilidade de concessão de provimentos cautelares.⁶⁰

Malgrado a plausibilidade dos argumentos sustentados por aqueles que defendem ter a reclamação constitucional natureza de ação, Ada Pellegrini, com propriedade, as refuta:

“Também não é aceitável a posição dos que a consideram como ação pois o direito de ação tem por conteúdo o exercício da jurisdição, assegurando às partes não somente a resposta do Estado, mas ainda o direito de sustentar suas razões, o direito ao contraditório, o direito de influir sobre a formação do convencimento do juiz – tudo através daquilo que se denomina tradicionalmente devido processo legal. Na reclamação, ao contrário disso, não se pretende que o Estado exerça a jurisdição, até porque já foi obtida, cuidando-se apenas de assegurar a eficácia do provimento definitivo que a concedeu; muito menos se poderia cogitar de assegurar aos interessados, através da reclamação, uma reabertura da discussão contraditória que procedeu tal provimento.”⁶¹

Em solução à questão alusiva a natureza jurídica da reclamação, a autora resgata na própria Carta Magna que a previu as diretrizes para a sua classificação.

Com efeito, afastadas as rotulações que alguns atribuem ao instituto, constitui a reclamação constitucional uma garantia especial, subsumida no dispositivo constitucional que salvaguarda “o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra a ilegalidade ou abuso de poder (CF, art. 5º, inc XXXIV, letra ‘a’).”

Aliás, o próprio Supremo Tribunal Federal, em apreciação da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.212⁶², conduziu-se nesse sentido, afirmando ser a reclamação uma manifestação do direito de petição constitucionalmente previsto no art. 5º, inc. XXXIV.

Conclui a autora, quanto à reclamação:

⁶⁰ DIDIER JR, Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da. **Curso de Direito Processual Civil: Meios de Impugnação às Decisões Judiciais e Processo nos Tribunais**. 9. ed. Salvador: JusPODIVIM, 2011. p. 464.

⁶¹ GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antonio Magalhães; FERNANDES, Antonio Scarance. **Recursos no Processo Penal**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. p. 425-426.

⁶² BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.212 CE**. Rel. Min. Ellen Gracie, j. 02/10/2003, DJ de 14/11/2003. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=1823209>>. Acesso em 17 de junho de 2014.

“[...] não se trata de ação, uma vez que não se vai rediscutir a causa com um terceiro; não se trata de recurso, pois a relação processual já está encerrada, nem se pretende reformar a decisão, mas antes garanti-la. Cuida-se simplesmente de postular perante o próprio órgão que proferiu uma decisão o seu exato e integral cumprimento.”
63

Enfim, por toda a exposição aqui apresentada atinente à natureza jurídica da reclamação, resta claro que a decisão da Suprema Corte, numa alternativa ao vazio normativo que envolvia os Juizados, deu à reclamação constitucional verdadeira roupagem recursal, ignorando sua própria razão de ser.

A reclamação constitucional não é recurso, tampouco pode funcionar como sucedâneo recursal. É, como afirmado, a materialização da garantia constitucional do direito de petição.

2.3 Hipóteses de cabimento da reclamação constitucional frente ao Superior Tribunal de Justiça

A Constituição Federal, em seu art. 105, inc. I, ao definir a competência originária do Superior Tribunal de Justiça, conferiu-lhe na alínea ‘f’ competência para julgar reclamação constitucional para a preservação da sua competência e garantia da autoridade de suas decisões.

A preservação da competência a que alude o mencionado dispositivo compreende a proteção da competência outorgada pela Carta Magna ao Tribunal Superior, de tal sorte que, qualquer usurpação é causa legítima a ensejar a propositura da reclamação constitucional.

Desse modo, havendo qualquer intromissão na competência instituída no art. 102 da Constituição Federal, seja por autoridade judicial ou administrativa, caberá reclamação constitucional para que cesse a interferência.

Quanto à garantia da autoridade das decisões, caberá reclamação sempre que houver ofensa à decisão⁶⁴ específica ou resistência ao seu cumprimento, seja pela autoridade administrativa ou pelo tribunal *a quo*. Todo ato conflitante ou contrário a essa decisão enseja o cabimento da reclamação, mas a legitimidade

⁶³ GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antonio Magalhães; FERNANDES, Antonio Scarance. **Recursos no Processo Penal**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. p. 427.

⁶⁴ Cumpre frisar que, por não se tratar de espécie recursal, não cabe reclamação constitucional contra decisão do próprio Tribunal.

para propô-la restringe-se àqueles que houverem integrado a relação processual na qual se pretende garantir a observância do julgado.

2.4 Reclamação constitucional dirigida ao Superior Tribunal de Justiça: a impropriedade da decisão do Supremo Tribunal Federal

Fundamentada na missão de garantir a autoridade das decisões do STJ, a reclamação constitucional foi a alternativa encontrada pelo Supremo Tribunal Federal para suprimir o vazio legislativo e retirar as Turmas Recursais do desguarnecido cenário que as colocavam à margem do controle da uniformização do direito federal.

As razões da decisão do STF se apoiaram no fato de que a Turma Recursal, ao conferir à norma jurídica interpretação divergente da que lhe haja dado o STJ, estaria enfeitando soberania desta Corte.

A orientação do Supremo Tribunal Federal, ainda que pautada na mais nobre das intenções, visou garantir os resultados certos – afastar divergências jurisprudenciais nos Juizados – pelos meios inapropriados.

Ainda antes da decisão do Supremo, a 2ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, em julgamento da Reclamação 3.692/RS, já preteria, por unanimidade, o posicionamento da Suprema Corte, por entender que “o princípio constitucional do art. 105, I, f, da CF não pode ser alargado em sua estreita previsão, mesmo em razão da segurança jurídica”.

Veja-se a íntegra da ementa:

“Civil. Obrigações. Espécies de contratos. Turma recursal de juizado especial cível. Reclamação. Cabimento. 1 Pretende o reclamante a cassação do acórdão proferido pela Terceira Turma recursal cível dos juizados especiais cíveis do Estado do Rio Grande do Sul ao argumento de que o referido julgado contraria a jurisprudência do STJ, esgotadas todas as vias recursais, já apanhadas pela coisa julgada. 2. O entendimento adotado no Juizado Especial diverge da pacífica orientação desta Eg. Corte de Justiça ao reconhecer que o prazo prescricional é de cinco anos, como reconhecido em julgamento proferido pela Segunda Seção em 12.08.2009, no REsp. 1.053.007/RS, pacificando o entendimento de que nas ações de cobrança objetivando a devolução de valores empregados na realização de obras de expansão de rede de energia elétrica em área rural, por sua natureza de obrigação contratual de empréstimo, ajustado em instrumento firmado pelas partes, em que o prazo

prescricional é de 05 (cinco) anos. 3. A reclamação, portanto, há de ser aferida quanto ao seu cabimento dentro dos estreitos liames dos seus pressupostos constitucionais. 4. Com efeito, o princípio constitucional do art. 105, I, f, da CF não pode ser alargado em sua estreita previsão, mesmo em razão da segurança jurídica como entendido, posto que sem previsão constitucional e ou legal. 5. Esta Eg. Corte, permissa vênua, não tem igualmente competência para rever decisões dos juizados especiais estaduais por ausência de norma legal, muito menos através de reclamação quando inexistente qualquer processo decidido nesta Corte, nenhuma decisão violada e, o que é mais grave, em processo apanhado pela coisa julgada. 6. Assim sendo, a pretensão do reclamante mostra-se totalmente incompatível com os objetivos tutelados pelo instituto processual-constitucional da reclamação, tornando inviável o seu seguimento pela 'inexistência de afronta à autoridade das decisões desta corte superior, nem por afetar a sua competência fixada constitucionalmente'. 7. Negado seguimento à reclamação."⁶⁵

Sobrevindo a decisão do STF, o Superior Tribunal de Justiça se viu obrigado a voltar atrás em seu posicionamento. A Corte Especial, assim, houve por bem editar a resolução nº 12/2009⁶⁶, permitindo, expressamente, a reclamação nos Juizados para garantir a observância de sua jurisprudência dominante. Merecem destaque, todavia, os argumentos antes sustentados por esta Corte.

Por certo, a reclamação constitucional não é o meio apto a promover a uniformização do direito federal. Sob esses contornos ela não se amolda a nenhuma das hipóteses de cabimento previstas taxativamente pela Constituição: não servem a preservar a competência do STJ, nem mesmo a garantir a autoridade de suas decisões.

Indiscutivelmente, não há qualquer usurpação de competência pelas Turmas Recursais apta a ensejar reclamação constitucional frente ao Superior Tribunal de Justiça. O julgamento realizado pelas Turmas, ainda que revelem interpretação divergente da que houvera dado outro juízo, é feito nos limites legais da competência que lhe foi outorgada, competência esta estabelecida no art. 41 da Lei 9.099/95, bem como no art. 98, inc. I, da própria Constituição Federal.

⁶⁵ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Reclamação nº 3.692 RS**. Rel. Min. Honildo de Mello Castro. j.14.10.2009. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/pesquisa/?tipoPesquisa=tipoPesquisaNumeroRegistro&termo=200901875510&totalRegistrosPorPagina=40&aplicacao=processos.ea>>. Acesso em 18 de junho de 2014.

⁶⁶ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Resolução nº 12 de 14 de dezembro de 2009**. Dispõe sobre o processamento, no Superior Tribunal de Justiça, das reclamações destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por turma recursal estadual e a jurisprudência desta Corte. Disponível em: <http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/26389/Res%20_12_2009_PRE.pdf?sequence=1>. Acesso em: 30 de maio de 2014.

Mesmo no que atine à garantia da autoridade das decisões, não há razão jurídica que permita o cabimento da reclamação constitucional. As decisões do Superior Tribunal de Justiça não gozam de efeito vinculante, servem de mera orientação à aplicação do direito federal. Sendo assim, as Turmas Recursais não devem qualquer obediência às decisões por ele proferidas.

A reclamação não pode funcionar para garantir a observância da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, porque suas decisões não são de observância obrigatória, vinculam apenas as partes integrantes da relação processual, isto é, somente produzem efeitos *inter partes*. Assim,

“não se pode propor uma reclamação alegando que o juizado especial divergiu ou descumpriu decisão do STJ proferida em outro processo, até porque a decisão paradigma não tem efeito vinculante”⁶⁷.

O próprio enunciado de súmula nº 203 impede que o Superior Tribunal de Justiça intervenha nos processos dos Juizados Especiais. Dessa maneira, não haverá decisão do STJ a ser preservada. À vista disso, não há que se falar em afronta à autoridade de decisão do Superior Tribunal de Justiça. A violação somente se opera quando, no mesmo processo, e diante de um caso em concreto, o juízo *a quo* não lhe houver dado o devido cumprimento ou tenha lhe negado obediência.

Cumprido frisar que não é permitido à reclamação violar os limites impostos pela coisa julgada à decisão proferida pelas Turmas Recursais. A reclamação deve prestar-se tão somente a resguardar a autoridade do julgado, quando, na mesma relação processual, este tenha sido afastado.

Em última consideração, critica-se a função legislativa exercida pela Suprema Corte ao ampliar o rol de cabimento da reclamação constitucional. A dilatação das hipóteses de cabimento da reclamação é tarefa que incumbe ao Poder Legislativo, ao Judiciário cabe apenas observá-las.

Desse modo, resta claro que a Suprema Corte agiu com imperiosa impropriedade, malgrado o intento de resgatar a segurança jurídica, reafirmando a competência do Superior Tribunal de Justiça de uniformizador da hermenêutica do direito federal, inclusive nas causas oriundas dos Juizados Especiais.

⁶⁷ CORTEZ, Cláudia Helena Poggio. O cabimento da Reclamação Constitucional no Âmbito dos Juizados Estaduais. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 35, n.188, p. 253-264, out. 2010.

Desprezando a natureza jurídica da reclamação constitucional, a Suprema Corte imprimiu-lhe contornos recursais. Tornou a reclamação apta a promover a reforma da decisão impugnada – a semelhança do recurso especial - quando deveria limitar-se a preservar sua autoridade.

Não há dúvidas de que a lacuna atinente à uniformidade do direito infraconstitucional merece ser solucionada. Todavia, é evidente que a reclamação constitucional não é o meio idôneo a zelar pela aplicação uniforme do direito federal, mormente porque já previsto na Carta Magna o recurso especial, remédio processual consagrado a resolver esse dilema.

3. RECURSO ESPECIAL NOS JUIZADOS ESTADUAIS CÍVEIS

3.1 Aspectos históricos

Como sabido, o manejo do recurso especial é dedicado a afirmar a competência outorgada ao Superior Tribunal de Justiça de órgão responsável pela guarda e unidade da legislação infraconstitucional federal.

A proteção do direito federal, todavia, nem sempre esteve confiada a essa Corte. A figura do recurso especial e o Tribunal Superior são criações implementadas pela atual Constituição Federal. Constituem, pois, criaturas hodiernas, frutos de inovações no sistema jurídico, contempladas pela nova Constituição.

Até o advento da Carta Magna de 1988 a garantia da unidade e da aplicação da legislação federal cabia ao Supremo Tribunal Federal, que a realizava por intermédio do recurso extraordinário, amplamente manejado. A essa época, o recurso extraordinário não era afeto apenas às questões constitucionais, cabendo-lhe, por oportuno, garantir a aplicação e a inteireza do direito infraconstitucional federal.

Com efeito, a amplitude de matérias sujeitas à apreciação da Corte Suprema surtiu um número elevado de demandas a ela canalizadas, esboçando-se um crível colapso do sistema jurídico, ao que se conheceu como a “Crise do Supremo”.

Em meio a esse cenário, engendrou-se uma série de mecanismos destinados a tolher o acesso à Corte, que se via diante de uma avalanche de pleitos e da morosidade gradativa dos seus julgamentos. Exigências como relevância das arguições, bem como o atendimento às regras regimentais de caráter restritivo foram algumas das medidas destinadas à triagem das demandas⁶⁸.

Muito embora tenham esboçado certo proveito, os expedientes adotados mostraram-se limitados e temporários, insuficientes a abrandar a demanda de processos naquela Corte.

⁶⁸ SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos Recursos Cíveis e à Ação Rescisória**. Brasília: Brasília Jurídica, 2000. p. 297-318.

Tal cenário levou à adesão pela comunidade jurídica da sugestão inicialmente esboçada pelo Professor José Afonso da Silva, ainda em 1963, da criação de um Tribunal Superior de Justiça, para atuar como guardião do direito federal comum, junto ao Tribunal Superior do Trabalho e ao Tribunal Superior Eleitoral.⁶⁹

Sensível à crise do Supremo e aos reclamos da classe jurídica, a Carta Política de 1988, em conformidade com plano traçado pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, concretizou o idealizado “Tribunal Superior”, preferindo chama-lo de Superior Tribunal de Justiça.

Atesta Athos Gusmão Carneiro que:

“Em boa hora a instituição do Superior Tribunal de Justiça veio a liberar o Supremo Tribunal Federal para um menos atribulado exercício de sua missão maior, de Custódia da Constituição Federal e órgão tutelar dos direitos e garantias individuais.”⁷⁰

Desde sua instituição, em 7 de abril de 1989, o Superior Tribunal de Justiça ocupa relevante posição na pirâmide do Poder Judiciário brasileiro. Sob uma estrutura mais robusta, concentrou boa parte da antiga competência dedicada ao Supremo, especialmente no que alude à guarda do direito federal.⁷¹

Com a instalação da novel Corte, a arguição de ofensa a direito federal recebeu um instrumento processual próprio a realizar esse mister: o recurso especial, mecanismo exclusivo para reclamar ofensa a direito federal frente ao Superior Tribunal de Justiça.

Assim, ao Tribunal Superior, além da competência originária e recursal, lhe é confiado o controle da legalidade dos atos judiciais exarados pelos Tribunais *a quo*, fazendo-o por meio do recurso especial, cuja fundamentação deve encontrar esteio nas hipóteses de cabimento insertas na Constituição Federal.

⁶⁹ José Afonso da Silva, ainda naquela época, já projetava “um recurso especial, ou revista, não importa o nome, desde que seja único para qualquer ramo processual, caberá das decisões de única ou última instância, proferidas por um órgão dos sistemas judiciários, dirigidos ao Tribunal Superior da estrutura judiciária (TST, na estrutura do Direito Trabalhista; TSE, na estrutura do Direito Eleitoral; Tribunal Superior de Justiça, a ser criado, nas estruturas do Direito comum, fiscal e militar”. Na oportunidade, José Afonso, já adiantando-se, estruturou um organograma do que chamou de “a nova ordem judiciária nacional” – SILVA, José Afonso da. Do recurso extraordinário no processo civil brasileiro. São Paulo: RT, 1977 aput MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Recurso extraordinário e recurso especial**. 11. ed. São Paulo: RT, 2010.

⁷⁰ CARNEIRO, Athos Gusmão. **Recurso Especial, Agravos e Agravo Interno**. 7. ed. Rio de Janeiro; Forense, 2011. p. 10.

⁷¹ SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos Recursos Cíveis e à Ação Rescisória**. Brasília: Brasília Jurídica, 2000. p. 297-318.

3.2 Recurso especial: hipóteses de cabimento.

O recurso especial, como relatado, é uma inovação jurídica fruto da Constituição Federal de 1988. É o mecanismo apto a assegurar a observância do direito federal e a garantir a uniformidade da hermenêutica emprestada ao caso sujeito à apreciação do Judiciário.

O recurso especial integra o gênero “recursos extraordinários”, excepcionais ou, ainda, apelos raros, de que são espécies os recursos especiais e os extraordinários *strictu sensu*. A qualidade de excepcional que ostentam resulta da própria sistemática que os une, ao tempo em que os separa, ontologicamente, das demais espécies recursais tidas como “ordinárias”.⁷²

O regime jurídico dos recursos excepcionais *latu sensu* não se amolda ao regime recursal comum. As peculiaridades que carregam os obrigam ao atendimento de regras que lhes são específicas.

Os recursos qualificados como “excepcionais” encerram um núcleo comum. Recursos extraordinários *latu sensu* exigem o esgotamento das vias ordinárias. No mais, apresentam regramento rígido quanto à sua admissibilidade – lembra-se, aqui, a exigência de prequestionamento -. Outrossim, cuidam-se a tutelar a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional federal, de tal sorte que, não se prestam a correção de injustiças. Exigências como estas servem a lembrar que o recurso excepcional somente poderá ser manejado em última circunstância.

De todo modo, os recursos excepcionais operam com efeito devolutivo absolutamente restrito. Importa dizer: os recursos excepcionais servem a fazer objeção a questões exclusivamente de direito, sendo inadmissível qualquer reexame de prova ou questão de fato. Destarte, a fundamentação dos recursos excepcionais é vinculada às possibilidades admitidas pela Constituição, o que os tornam recursos de estrito direito.⁷³

⁷²ROCHA JÚNIOR, Francisco de Assis do Rêgo Monteiro. **Recurso Especial e Recurso Extraordinário Criminais**. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 38

⁷³DIDIER JR, Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da. **Curso de Direito Processual Civil: Meios de Impugnação às Decisões Judiciais e Processo nos Tribunais**. 9. ed. Bahia: JusPODIVIM, 2011. p. 255.

No que toca ao recurso especial, as hipóteses que autorizam seu manejo encontram-se taxativamente previstas na Constituição, em seu artigo 105, inciso III, que assim dispõe:

“Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

III – julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:

- a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência;
- b) julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal;
- c) der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.”

Muito embora as hipóteses de cabimento se subdividam em três espécies, é possível traçar um fundamento comum a todas elas: preservar a integridade da legislação federal, assegurando a uniformidade de sua interpretação.

Em elucidação quanto ao recurso especial, reconhecendo a existência de um eixo central, leciona Humberto Theodoro:

“A função do recurso especial, que antes era desempenhada pelo recurso extraordinário, é a manutenção da autoridade e unidade da lei federal, tendo em vista que na Federação existem múltiplos organismos judiciários encarregados de aplicar o direito positivo elaborado pela União. Daí que não basta o inconformismo da parte sucumbente para forçar o reexame do julgamento de tribunal local pelo Superior Tribunal de Justiça, por meio do recurso especial. Dito remédio de impugnação processual só terá cabimento dentro de uma função política, qual seja, a de resolver uma questão federal controvertida. Através dele não se suscitam nem se resolvem questões de fato nem questões de direito local.”⁷⁴

A alínea “a” do artigo 105 da Constituição autoriza a interposição de recurso especial para impugnar decisão judicial que contrarie tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência. Nesse aspecto, rememora-se a lição de Fredie Didier Jr e Leonardo da Cunha, ao elucidar aparente similaridade entre as expressões “contrariar” e “negar vigência”. O termo “contrariar” é de significado amplo, representa toda e qualquer ofensa ao texto legal, seja na interpretação equivocada da norma aplicada ao caso, seja afastando a aplicação da norma, ou ainda,

⁷⁴ THEODORO JR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**: Teoria Geral do Direito Processual Civil e Processo de Conhecimento. 54. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. p. 712

deixando de observá-la. Contrariar, por tais razões, ecoa mais grave que simplesmente “negar vigência”.⁷⁵

A distinção dos termos ganhou notoriedade quando da vigência da Constituição anterior, porque nela havia uma restrição ao cabimento do recurso extraordinário – que servia tanto a alegar violação a preceito constitucional, como federal – a hipóteses de negativa de vigência de direito federal. Assim, a interpretação ainda que razoável de norma federal não legitimava o manejo de recurso extraordinário⁷⁶, porquanto não se subsumia à hipótese constitucional, restrita, de cabimento.

O recurso especial fundado na alínea “b”, inserido pela Emenda Constitucional nº 45 de 2004, é, em verdade, um desdobramento da hipótese de cabimento inserta na alínea “a”. É que, ao julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal, o Tribunal *a quo* está, na verdade, contrariando preceito de direito federal, hipótese que se insere na anterior.⁷⁷

No cabimento fundamentado na letra “c”, o recurso especial é usado a instigar a função paradigmática do Superior Tribunal de Justiça, responsável pela uniformização da jurisprudência nacional.

Cumprе destacar que a divergência a que se refere o dispositivo deve ser operada entre órgãos de tribunais distintos. A dissensão restrita a um específico órgão há de ser solucionada internamente.

O recurso especial fundado nesse dispositivo constitucional é chamado a harmonizar as interpretações da legislação infraconstitucional federal, de modo a impedir que seja atribuídas ao caso concreto “interpretações díspares ao mesmo dispositivo legal, sob pena de verdadeira anarquia jurídica”.⁷⁸

Vale lembrar, por oportuno, que o recurso especial somente é cabível quando a decisão recorrida não for mais suscetível de interposição de qualquer outra

⁷⁵ DIDIER JR, Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da. **Curso de Direito Processual Civil**: Meios de Impugnação às Decisões Judiciais e Processo nos Tribunais. 9. ed. Bahia: JusPODIVIM, 2011. p. 304.

⁷⁶ Assim estabelecia a Súmula 400 do Supremo Tribunal Federal: “Decisão que deu razoável interpretação à lei, ainda que não seja a melhor, não autoriza recurso extraordinário pela letra “a” do Art. 101, III, da Constituição Federal”.

⁷⁷ Nesse sentido DONIZETTI, Elpídio. **Curso Didático de Direito Processual Civil**. 8. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2007. p. 495.

⁷⁸ TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**. 25. Ed. São Paulo: Saraiva, 2003. v. 4. p. 498.

espécie recursal. É o que estatui o artigo ao exigir causas decididas em única ou última instância.

3.3 Recurso especial contra decisões de Turmas Recursais

O manejo de recurso especial contra as decisões exaradas pelas Turmas Recursais há tempos é questão bastante controversa na doutrina. Como já brevemente explanado, toda a controvérsia orbita em torno da literalidade da Constituição ao prever o cabimento de recurso especial contras as causas decididas em única ou última instância por Tribunais.

Parcela majoritária da doutrina encontra no texto constitucional um óbice ao cabimento de recurso especial contra as decisões das Turmas Recursais. Isso em razão do não enquadramento da Turma Recursal – órgãos de primeira instância - no conceito de “Tribunal”.

Nesse sentido, manifesta-se Cândido Dinamarco, em comentário irrogado sobre o artigo 105, inciso III da Constituição:

“Bastante estrito, esse permissivo limita intencionalmente a admissibilidade do recurso especial, para que só tenha cabimento em relação aos acórdãos proferidos por tribunais das Justiças comuns – a saber, Tribunais da Justiça Federal e Tribunais de Alçada ou de Justiça dos Estados ou do Distrito Federal. [...] É seguro afirmar que o julgamento do recurso e processo de pequenas causas é feito por um juízo, que não é um tribunal. E, como acórdãos proferidos pelos colégios recursais não são decisões de tribunal, conclui-se pela inadmissibilidade do recurso especial nesse processo especialíssimo”.⁷⁹

Perfilhando o mesmo pensamento, Luiz Fux assim se posiciona:

“o recurso especial reclama decisão de tribunal, posto que seu escopo é o de uniformizar a inteligência das leis federais entre as diversas fontes judiciárias do país. Nesse segmento, ‘exige o caput do art. 105 da CF que a ‘decisão’ violadora da ordem federal ‘provenha de tribunais estaduais, federais ou do Distrito Federal e Territórios’”⁸⁰.

⁷⁹ DINAMARCO, Cândido Rangel. **Manual dos Juizados Cíveis**. 2. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2001. p. 179-180.

⁸⁰ FUX, Luiz. **Curso de Direito Processual Civil**: Processo de Conhecimento. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

Os argumentos levantados foram recepcionados pelo próprio Superior Tribunal de Justiça, que terminou por editar o enunciado de súmula nº 203, inadmitindo o cabimento de recurso especial contra as decisões exaradas pelas Turmas Recursais.

Instado a se manifestar sobre esta celeuma em torno do recurso especial, o Supremo Tribunal Federal coibindo persistir qualquer divergência entre os julgados das Turmas Recursais e a jurisprudência firmada pelo Superior Tribunal de Justiça decidiu tornar a reclamação constitucional o meio processual idôneo a promover a uniformização da jurisprudência.

Tal decisão firmou-se, sobretudo, na função constitucional do Superior Tribunal de Justiça de intérprete máximo do direito federal. É mister do Tribunal Superior garantir a uniformidade da aplicação da legislação federal infraconstitucional. A decisão do STF revela atenção ao princípio da isonomia, de tal sorte que evita decisões divergentes, fundada na mesma base legal e sobre uma mesma situação fática.

Em capítulo anterior, restou certo que a reclamação constitucional não é o meio idôneo a suscitar uniformização de jurisprudência no âmbito dos Juizados Especiais, sobretudo porque sua natureza jurídica não se destina a tal finalidade.

No mais, porfia o Superior Tribunal de Justiça pela inadmissão do recurso especial destinado a equalizar a jurisprudência dos Juizados Especiais. Assim, ainda padece de solução o problema recursal dos Juizados, notadamente no que tange à harmonização de sua jurisprudência.

De todo modo, haverá remédio ao problema que aqui se apresenta quando, afinal, se reconhecer o cabimento do recurso especial em face dos acórdãos proferidos pelas Câmaras Recursais. É função particular do recurso especial chamar o Superior Tribunal de Justiça a exercer sua função de guardião da inteireza do direito federal.

No que atine ao instituto do recurso especial, colaciona-se importante lição de Antônio de Pádua Ribeiro:

“Para a boa compreensão do recurso especial, é importante compreender a sua filosofia, a razão de sua existência. A sua função precípua é dar prevalência à tutela de um interesse geral do Estado sobre os interesses do litigante (Liebman). O motivo está, segundo

lembra Buzaid, em que o erro de fato é menos pernicioso do que o erro de direito. Com efeito, o erro de fato, por achar-se circunscrito a determinada causa, não transcende os seus efeitos, enquanto o erro de direito contagia os demais juízes, podendo servir de antecedente judiciário. Tanto quanto nos países europeus, em que há juízos de cassação e revisão, parte o nosso sistema jurídico de que, para a satisfação dos anseios dos litigantes, são suficientes dois graus de jurisdição: sentença de primeira instância e julgamento do Tribunal. Por isso, ao apreciar recurso especial, o Superior Tribunal de Justiça, mais que o exame do direito das partes, estará a exercer o controle da legalidade do julgado proferido pelo Tribunal a quo.”⁸¹

O recurso especial é, pois, o meio processual adequado a garantir, muito além da observância dos interesses particulares sob análise, o atendimento ao interesse público. É destinado a exercer o controle da legalidade do julgado enfrentado, de tal sorte que, deve abranger todas as decisões que intentem dissonar da interpretação legislativa atribuída ao caso.

Assim, ao artigo 105, inciso III da Constituição Federal deve ser dada ampla interpretação, permitindo-se inserir às hipóteses ali fincadas, as causas decididas em última instância por Turmas Recursais.

Nesse sentido, manifesta-se Luiz Cláudio da Silva. Para o autor, as Câmaras Recursais, ainda que não estruturadas sob a forma de Tribunal, desempenham a missão de ser o único órgão a julgar recurso de apelação interposto contra a decisão de primeiro grau dos Juizados Especiais. Negar cabimento a recurso especial revela verdadeira incongruência jurídica.⁸²

A omissão constitucional no rol de cabimento do recurso especial no que concerne às Turmas Recursais há de ser sopesada. As Câmaras Recursais são posteriores à Carta Política de 1988, daí porque não constam do rol de cabimento expresso na Constituição. Aliás, muito embora componham-se de três juízes togados em exercício na primeira instância, as Turmas cumprem a função de apreciar e julgar, em último grau de jurisdição, recursos inominados interpostos nos processos submetidos ao rito da Lei n. 9.099/95.

Ademais, no âmbito da Justiça Federal, os Juizados já gozam da Turma de Unificação de Jurisprudência. Nessa seara, admite-se, em último grau, recurso ao Superior Tribunal de Justiça quando o acórdão proferido revelar violação à

⁸¹ ROCHA JUNIOR, Francisco de Assis do Rego Monteiro. **Recurso Especial e Recurso Extraordinário Criminais**. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 63.

⁸² SILVA, Luiz Cláudio. **Os Juizados Especiais Cíveis na Doutrina e na Prática Forense**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005. p. 170.

jurisprudência assentada ou à súmula deste tribunal. Destarte, embora integrantes de um só microssistema, há claro tratamento díspar dispendido aos órgãos dos Juizados.

Reforçando a admissibilidade do recurso especial no contexto dos Juizados, merece ser aqui colacionada importante lição do Ministro Athos Gusmão Carneiro, em voto proferido quando da apreciação do cabimento do recurso especial contra Turmas Recursais. Na oportunidade, Athos Gusmão, retificando seu anterior posicionamento a respeito do tema, levanta argumentos de grande propriedade e relevância. Confira-se o voto:

“Sob a visão estritamente jurídica, as Turmas Recursais ou Câmaras Recursais não serão Tribunais do ponto de vista administrativo, pois não desfrutam das prerrogativas do art. 96, da CF, e não são assistidas necessariamente por secretarias próprias, podendo valer-se do pessoal de apoio dos próprios Juizados Especiais de 1º Grau, tudo conforme previsto na Lei Estadual. Já sob o aspecto funcional, que pode ser considerado o realmente fundamental, as Turmas Recursais, embora integradas por Juízes de 1º Grau, desempenham função absolutamente idêntica à dos Tribunais de Justiça ou dos Tribunais de Alçada: apreciam as causas em 2º Grau de jurisdição e em Colegiado, e suas decisões adquirem a mesma eficácia de coisa julgada formal e material.

A demanda indenizatória, de que cuidou o processo ora em apreciação, foi julgada pela Turma Recursal assim como poderia ter sido julgada por Câmara do TJMS, anteriormente à criação, naquela Unidade da Federação, dos Juizados Especiais, que tanto vêm contribuindo para aproximar a Justiça dos jurisdicionados. Perfeitamente razoável, portanto, entender que do ponto de vista funcional as Turmas Recursais, atuando como multiplicados pequenos Tribunais de Alçada, se me permitem a expressão, são em tudo equiparáveis a um Tribunal de Estado, são Tribunais dos Estados, cabendo pois admitir o recurso especial de suas decisões, nos casos previstos nos incisos do art. 105, III, da Lei Maior.

De um ângulo mais pragmático do que propriamente jurídico, poder-se-ia alegar que esta Corte correria o risco de ficar absolutamente sobrecarregada com um desmesurado número de processos, desproporcional à capacidade do limitado número de Ministros do Superior Tribunal de Justiça. O argumento é, do ponto de vista prático, ponderável. Esta Corte já está, diga-se sobrecarregada de processos, mais do que qualquer de suas congêneres, em termos de estatísticas dos altos Tribunais de cassação ou de revisão de outros países.

Mas, de outra parte, impende ponderar que pelo menos na maior parte das vezes ocorrerá simplesmente, como no caso presente, o deslocamento de uma causa, e portanto do respectivo recurso, da jurisdição pelas Varas Comuns e Tribunal de Alçada ou de Justiça,

para a jurisdição exercida pelo Juizado Especial e suas respectivas Turmas Recursais.

Além disso, e eis o argumento de máxima relevância em País federativo em que o direito material, civil, penal e comercial é o mesmo para todo o território nacional, não parece cabível deixar fora do controle da legalidade uma ampla gama de leis federais. E até pior: a matéria, v.g., da importante ação adjudicatória, com toda uma série de variadas questões jurídicas controversas, ficará sujeita ao controle de legalidade relativamente aos arestos proferidos nos Estados onde tais causas estejam sujeitas aos Tribunais de Justiça ou de Alçada, mas alheia a tal controle nos Estados, como por exemplo em Santa Catarina, em que estas demandas são ajuizadas perante os Juizados Especiais? E o que dizer da ação de despejo, que a Lei nº 8.245/91, art. 80, faculta sejam consideradas ‘causas cíveis de menor complexidade’? Em alguns Estados, este Superior Tribunal de Justiça poderá corrigir as ofensas à Lei Federal, mas noutros não? Se divergirem, a respeito da Lei do Inquilinato, dois Tribunais Estaduais, caberá ao Superior Tribunal de Justiça a tarefa uniformizadora, mas se o dissídio ocorrer entre Turmas Recursais, será, no plano infraconstitucional, totalmente irremediável?

Devo, portanto, reconsiderar meu anterior entendimento sobre o tema, e declarar, em princípio, como admissível o recurso especial contra decisões das Turmas Recursais dos Juizados Especiais, quando fundadamente invocada contrariedade à Lei Federal, ou quiçá até a jurisprudência sumulada desta Corte”.⁸³

Na mesma ocasião, seguindo a linha de pensamento de Athos Gusmão, manifestou-se Bueno de Souza:

“Sr. Presidente, é bem verdade que a Constituição se refere a julgados de Tribunais dos Estados. À luz desta expressão constitucional, penso que tanto podemos optar por uma interpretação restritiva (isto é, no sentido de que Tribunais dos Estados sejam, tão-só e unicamente, aqueles a esse título já contemplados na Constituição), como também parece perfeitamente razoável admitir que a Constituição possa abranger nesses dizeres tantos quantos Tribunais venham a existir nos Estados. Visualizado o tema por este ângulo, parece que se abre ensejo a influxos ideológicos na interpretação e aplicação do direito, empregada a palavra no seu melhor sentido. Ou seja, é possível dar prioridade à simplificação da prestação jurisdicional, ou priorizar o resguardo da unidade do direito, consoante os valores tidos por preponderantes.

[...] Como anotou o Eminentíssimo relator, em tema de despejo, os Tribunais como o de que ora se trata, são também chamados a dizer, até o momento, a última palavra. Prefiro, embora reconhecendo as Dóctas razões que inspiram a posição oposta, persistir no

⁸³ BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 21.664/MS**. DJ de 25.05.1993. José Otacílio Fabrício Piva e André Doratiotto. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/ita/listarAcordaos?classe=&num_processo=&num_registro=199200101593&dt_publicacao=17/05/1993> Acesso em 29 de agosto de 2014.

entendimento de que o resguardo da unidade do direito brasileiro, necessário para a segurança dos direitos subjetivos, sobreleva às exigências de ordem técnica da administração da Justiça, que a deseja, como todos nós, mais expedita.

Penso, no entanto, que a mais rápida expedição da Justiça precisa buscar conciliação com a preservação da unidade do direito brasileiro.

Por isso, persistindo no pedido de vênias às Doutas opiniões contrárias, ponho-me de acordo, no sentido de admitir este recurso especial.”⁸⁴

Os argumentos levantados pautam-se especialmente sobre o princípio da isonomia, postulado fundamental do ordenamento jurídico brasileiro. O poder de auto-organização judiciária conferido aos Estados permite incluir determinada matéria na competência dos Juizados ou da Justiça Comum, a variar de Estado para Estado. Desse modo, essa matéria poderá vir, ou não, a ser alcançada pelo recurso especial, condicionando sua apreciação pelo Superior Tribunal de Justiça a critérios meramente territoriais, em clara ofensa ao preceito da isonomia.

Aliás, as Turmas Recursais não devem ser vistas apenas à luz dos seus aspectos formais, quando na prática cumprem o mesmo papel dos Tribunais. A linha que as separa dos Tribunais é meramente solene. Na realidade, cumprem a mesma função: dizer em último grau o direito aplicável ao caso concreto, valendo-se do reexame das provas e do direito.

É necessário que aqui se faça uma ponderação. A grande maioria das decisões recorridas por intermédio do recurso especial não expressam uma decisão do “Tribunal” – raramente são levadas a plenário - mas de um órgão interno e fracionário deste, seja ele uma turma ou câmara.

Atendo-se a lição de Freddie Didier Jr, e Leonardo Carneiro, temos que:

“O dispositivo constitucional, como se vê, refere-se, expressamente, a tribunais, além de exigir que a decisão seja de última instância ou de única instância. Ora, para que um desses tribunais profira decisão de última ou de única instância, é preciso que haja a manifestação final do colegiado competente”.

⁸⁴ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 21.664/MS**. DJ de 25.05.1993. José Otacílio Fabrício Piva e André Doratiotto. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/ita/listarAcordaos?classe=&num_processo=&num_registro=199200101593&dt_publicacao=17/05/1993>. Acesso em 29 de agosto de 2014.

Assim, a interpretação literal dada ao artigo 105 para obstar o cabimento do recurso especial nos Juizados, não é a mesma a levar à exigência de manifestação do tribunal pleno, a fim de cumprir o requisito de ter sido o acórdão proferido por “Tribunal”. Mais uma vez, nova dissensão jurídica.

Outra colocação que se impõe trazer à baila reside no fato de que as Turmas Recursais não são órgãos internos do Juizado, mas integrantes do próprio Tribunal. Os Juizados não existem de forma autônoma, são sempre vinculados ao Tribunal do Estado de sua circunscrição. Tanto é assim, que o ingresso dos juízes se faz por meio de certame promovido pelo próprio Tribunal – não há um concurso interno -. São sim, órgãos fracionários deste, a semelhança das Turmas e Câmaras internas dos Tribunais, e como tal, merecem ser amparados pelo artigo 105 da Constituição.

É insensato isolar os Juizados a um “nicho, dentro do sistema judiciário brasileiro, de interpretações contraditórias do direito”⁸⁵, fazendo-se ali permear interpretações que divergem de entendimentos já consagrados em âmbito nacional.

As peculiaridades inerentes aos Juizados e o seu escopo de ampliar o acesso à justiça, não podem revelar um empecilho ao manuseio do recurso especial. A proposta dos Juizados não se limita a um mero ingresso ao Judiciário, mas a uma efetiva prestação jurisdicional, pautada principalmente pelo princípio da segurança jurídica.

A decisão do Supremo serviu apenas a confirmar a função constitucional outorgada ao Superior Tribunal de Justiça de guardião da legislação federal. Assim, sendo o recurso especial o mecanismo consagrado pelo ordenamento jurídico a resolver divergências hermenêuticas alusivas ao direito federal, deve alcançar todo o sistema judiciário, inclusive as Câmaras Recursais.

⁸⁵ ROCHA, Felipe Borring. **Juizados Especiais Cíveis**: Aspectos Polêmicos da Lei nº 9.099 de 26/9/1995. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004. p. 162.

CONCLUSÃO

Os Juizados Especiais, instituídos inicialmente pela Lei 7.244/90, encampada pela Lei n. 9099/95, surgiram em resposta ao clamor da população que se via à margem do Judiciário, em função da pouca complexidade de suas pretensões e dos empecilhos que o procedimento comum lhes impunha.

Com atribuição definida para a apreciação de causas de menor complexidade, os Juizados, por vezes, servem-se do direito federal para a solução dos conflitos submetidos à sua apreciação. Decorrencia disso são as inevitáveis divergências na interpretação conferida à legislação federal.

Diante das discrepâncias hermenêuticas caberia ao Superior Tribunal de Justiça, como órgão concebido pela Carta de 1988 para a guarda e inteireza do direito federal, julgar, em recurso especial, a divergência suscitada.

Contudo, em razão da literal interpretação dada ao dispositivo constitucional (art, 105, inciso III da CF) o STJ negou o cabimento de recurso especial contra as decisões proferidas pelas Turmas Recursais, por entender que as Câmaras Recursais não se enquadrarem no conceito de “Tribunal” exigido pela Constituição.

Instado a deliberar sobre a problemática instaurada, o Supremo Tribunal Federal, pretendendo suprimir o vazio legislativo, decidiu tornar a reclamação constitucional, em caráter excepcional, o instrumento processual idôneo a suscitar a uniformidade do direito federal, enquanto não instauradas as Turmas de Uniformização nos Juizados Estaduais, a semelhança daquelas já criadas pela Justiça Federal.

O fundamento para o manuseio da reclamação constitucional como alternativa à inadmissibilidade do recurso especial foi garantir a observância da jurisprudência assentada do Superior Tribunal de Justiça. Entendeu o STF que, ao julgar em contrariedade à jurisprudência do STJ, as Turmas Recursais estariam negando autoridade às suas decisões.

A decisão do STF veio a reforçar, sobretudo, a função constitucional conferida ao Superior Tribunal de Justiça de órgão responsável pela aplicação e integridade do direito federal. Muito embora pautada pelo melhor dos propósitos, a orientação da Suprema Corte, almejou atingir os resultados esperados pelos meios inapropriados.

Como restou demonstrado no capítulo 2, a natureza da reclamação constitucional não é de uma espécie ou sucedâneo recursal. Trata-se, em verdade, de uma manifestação do direito de petição assegurado pela Constituição. Destina-se a garantir a autoridade das decisões e a preservação da competência dos Tribunais – sobretudo quanto ao STF e STJ.

Decerto, em nenhuma das hipóteses de cabimento se subsume a reclamação inserida no contexto dos Juizados Especiais, principalmente no que atine à garantia da autoridade das decisões do STJ. As Turmas Recursais exercem de maneira ampla e irrestrita a competência que lhe é outorgada. Não há qualquer vinculação à jurisprudência assentada do Superior Tribunal de Justiça. No mais, ressalta-se que, em regra, as decisões judiciais não gozam de efeito vinculante, limitando-se seus efeitos às partes integrantes da relação processual. Assim, não há que se falar em desrespeito à autoridade das decisões do Superior Tribunal, já que as Turmas Recursais não lhe devem observância. A reclamação constitucional, então, está longe de ser a solução da celeuma instaurada nas Turmas Recursais.

Sendo assim, conclui-se pela irrelevância das alternativas apresentadas à problemática, bem como pela desnecessidade de se instituírem as Turmas de Uniformização de Jurisprudência no âmbito Estadual, porque já existe no ordenamento jurídico o instrumento processual apto e idôneo a garantir a uniformidade da interpretação da legislação federal: o recurso especial.

A admissibilidade do recurso especial no âmbito das Câmaras recursais atende principalmente ao postulado da isonomia, consagrado pela Constituição Federal. A capacidade de auto-organização judiciária altera, por vezes, a competência conferida aos Juizados, de tal sorte que, determinada matéria poderá ser ou não objeto de recurso especial, a depender do Estado em que for suscitada.

No mais, embora não constituam formalmente “Tribunais”, as Turmas Recursais, na prática, atuam como se fossem. A elas incumbe dizer, em última instância, o direito aplicável ao caso in concreto, a semelhança dos Tribunais dos Estados.

As Turmas Recursais são, em verdade, órgãos fracionários dos Tribunais. Não existem de *per si*, vinculam-se ao Tribunal do Estado onde estejam estabelecidos. Sendo assim, como órgãos fracionários, assemelham-se às turmas e

câmaras internas dos Tribunais, de onde provém a maior parte dos acórdãos impugnados mediante recurso especial, Assim não há razão para se excluir o Colégio Recursal do alcance do artigo 105, III, da Constituição.

Por essas razões deve ser admitido o manuseio do recurso especial no âmbito dos Juizados Especiais Estaduais. Não se revela sensato privar a população que demanda frente ao Juizado do controle do Superior Tribunal de Justiça, confinando-as em um nicho de interpretações contraditórias do direito.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Arruda. **Manual de direito processual civil**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. v. 1.

ALVIM, J.E. Carreira. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2005.

ARAGÃO, Egas Moniz de. **A Correição Parcial**. Curitiba: Imprensa da Universidade Federal do Paraná, 1969

ANDRIGHI, Fátima Nancy. Primeiras reflexões sobre o pedido de uniformização de interpretação no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais. In: FUX, e (coord.). **Processo e Constituição – Estudos em homenagem ao Professor José Carlos Barbosa Moreira**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 17 de março de 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao67.htm> Acesso em 30 de maio de 2014.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm>. Acesso em: 10 de junho de 2014.

BRASIL. **Lei nº 7.244 de 7 de novembro de 1984**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7244.htm> Acesso em 17 de março de 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9099.htm>. Acesso em: 30 de abril de 2014.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Reclamação nº 3.692 RS**. Rel. Min. Honildo de Mello Castro. j.14.10.2009. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/pesquisa/?tipoPesquisa=tipoPesquisaNumeroRegistro&termo=200901875510&totalRegistrosPorPagina=40&aplicacao=processos.ea>>. Acesso em 18 de junho de 2014.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 21.664/MS**. DJ de 25.05.1993. José Otacílio Fabrício Piva e André Doratiotto. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/ita/listarAcordaos?classe=&num_processo=&num_registro=199200101593&dt_publicacao=17/05/1993> Acesso em 29 de agosto de 2014.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Resolução nº 12 de 14 de dezembro de 2009**. Dispõe sobre o processamento, no Superior Tribunal de Justiça, das

reclamações destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por turma recursal estadual e a jurisprudência desta Corte. Disponível em: <http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/26389/Res%2012_2009_PRE.pdf?sequence=1> Acesso em: 30 de maio de 2014.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula nº 203**. Não cabe recurso especial contra decisão proferida por órgão de segundo grau dos Juizados Especiais. Acesso em: <http://www.dji.com.br/normas_inferiores/regimento_interno_e_sumula_stj/stj__0203.htm> Acesso em 28 de maio de 2014.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.212 CE**. Rel. Min. Ellen Gracie, j. 02/10/2003, DJ de 14/11/2003. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=1823209>>. Acesso em 17 de junho de 2014.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário nº 571.572, BA**. Telemar Norte Leste S/A e Albérico Sampaio de Lago Pedreira. Relatora Ministra Ellen Gracie. DJe de 27.11.2009. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=606378>. Acesso em 26 de maio de 2014.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº 576.847 BA**. Telemar Norte Leste S.A e Ernestina Borges dos Santos. Relator Ministro Eros Grau. DJE nº 148 de 06.08.2009. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=2591874>>. Acesso em 24 de maio de 2014.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais: Uma abordagem crítica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

CARNEIRO, Athos Gusmão. **Recurso Especial, Agravos e Agravo Interno**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CATALAN, Marcos Jorge. **O procedimento do Juizados Especial Cível**. São Paulo: Mundo Jurídico, 2003.

CHIMENTI, Ricardo Cunha. **Teoria e Prática dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

CHIOVENDA, Giuseppe. **Instituições de Direito Processual Civil**. v.3 Campinas: Bookseller, 1998.

CORTEZ, Cláudia Helena Poggio. O cabimento da Reclamação Constitucional no Âmbito dos Juizados Estaduais. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 35, n.188, p. 253-264, out. 2010.

CUNHA, Luciana Gross Siqueira. **Juizado Especial: ampliação do acesso à Justiça?** In: SADECK, Maria Tereza. (Org.). Acesso à justiça. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.

DIDIER JR, Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da. **Curso de Direito Processual Civil: Meios de Impugnação às Decisões Judiciais e Processo nos Tribunais**. 9. ed. Bahia: JusPODIVIM, 2011.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Manual dos Juizados Cíveis**. 2. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2001.

DONIZETTI, Elpídio. **Curso Didático de Direito Processual Civil**. 8. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2007.

FRIGINI, Ronaldo. **Comentários à Lei dos Juizados Especiais Cíveis**. 2. ed. São Paulo: J.H. Mizuno, 2004.

FUX, Luiz. **Curso de Direito Processual Civil: Processo de Conhecimento**. Rio de Janeiro: Forense, 2005. 3. Ed.

GAULIA, Cristina Tereza. **Juizados Especiais Cíveis: o espaço do cidadão no Poder Judiciário**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antonio Magalhães; FERNANDES, Antonio Scarance. **Recursos no Processo Penal**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

LENZA, Suzani de Melo. **Juizados Especiais Cíveis: Comentários à Lei n. 9.099, de 26.09.1995**. 2. ed. Goiânia: AB, 1999.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Recurso extraordinário e recurso especial**. 11. ed. São Paulo: RT, 2010.

MIRANDA, Daniel Augusto Teixeira de. **Ações de regresso em ações de responsabilidade civil em face do Estado: a revisitação do princípio da economia processual**. 2007. 60 f. Monografia – Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. **O Novo Processo Civil Brasileiro**. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997

ORIONE NETO, Luiz. *Recursos Cíveis*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

RIGINI, Ronaldo. **Comentários à Lei dos Juizados Especiais Cíveis**. 2. ed. São Paulo: J.H. Mizuno, 2004.

ROCHA, Felipe Borring. **Juizados Especiais Cíveis: Aspectos Polêmicos da Lei nº 9.099 de 26/9/1995**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

ROCHA JUNIOR, Francisco de Assis do Rego Monteiro. **Recurso Especial e Recurso Extraordinário Criminais**. São Paulo: Saraiva, 2013.

SILVA, José Afonso da. **Do recurso extraordinário no processo civil brasileiro**. São Paulo: RT, 1977.

SILVA, Luiz Cláudio. **Os Juizados Especiais Cíveis na Doutrina e na Prática Forense**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

SOUZA, Bernardo Pimentel. **Introdução aos Recursos Cíveis e à Ação Rescisória**. Brasília: Brasília Jurídica, 2000.

THEODORO JR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil: Teoria Geral do Direito Processual Civil e Processo de Conhecimento**. 54. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013

THEODORO JR., Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. v. 1. 50. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**. 25. Ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

WATANABE, Kazuo. **Filosofia e características básicas do Juizado Especial de Pequenas Causas**. In: WATANABE, KAZUO (Org.). Juizado Especial de Pequenas Causas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985.